



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO — XXIII — N.º 95

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 1968

**Acôrdio entre os Estados Unidos do Brasil e a União Pan-Americana, Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, sobre a Prestação de Assistência Técnica à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).**...

O Governo dos Estados Unidos do Brasil (doravante denominado "Governo"), representado pelos Senhores Embaixador Vasco Tristão Leitão da Cunha, Ministro de Estado das Relações Exteriores, Doutor João Gonçalves de Souza, Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, e a União Pan-Americana, Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos (doravante denominada "Secretaria-Geral"), representada por Sua Excelência o Senhor Doutor José A. Mora, Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos;

Considerando que a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) solicitou à Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos o envio de especialistas para colaborar no suprimento das necessidades da SUDENE pertinentes à assistência técnica e ertinamento de pessoal;

Que se concordou sobre a necessidade de treinar pessoal da SUDENE e dos Governos dos Estados do Nordeste do Brasil que atuam em programas de desenvolvimento, e na conveniência da criação de um grupo internacional de assessôres de alto nível, composto de diretores de instituições de desenvolvimento nacional, e regional, com a incumbência de continuamente observar as atividades, programas e projetos da SUDENE, formulando as recomendações que julgar convenientes, as quais serão submetidas à final consideração da SUDENE;

Que o Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), em sua Terceira Reunião Anual, aprovou o orçamento necessário para, durante o ano de 1965, levar a cabo as recomendações dos especialistas da Secretaria-Geral, postas em prática apenas parcialmente, devido às limitações financeiras do Fundo Especial de Assistência para o Desenvolvimento, e

Que a continuidade das atividades já iniciadas e o início das que serão oportunamente submetidas à aprovação do CIES, para o ano de 1966, indicam a necessidade de definir as condições sob as quais devem ser realizadas bem como as responsabilidades atinentes ao Governo da República dos Estados Unidos do Brasil, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e à Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos;

Convieram no seguinte:

1.º) A "Secretaria-Geral" proverá a SUDENE do seguinte:

a) **Programação** — Assistência técnica prestada por especialistas de alto

## CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 47, inciso I, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 25 DE 1968

*Aprova o texto do Acôrdio sobre a Prestação de Assistência Técnica à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) entre a República Federativa do Brasil e a União Pan-Americana, Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, assinado no Rio de Janeiro, a 30 de novembro de 1965.*

Art. 1.º É aprovado o texto do Acôrdio sobre a Prestação de Assistência Técnica à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) entre a República Federativa do Brasil e a União Pan-Americana, Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, assinado no Rio de Janeiro, a 30 de novembro de 1965.

Art. 2.º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de junho de 1968.

GILBERTO MARINHO  
Presidente do Senado Federal

nível, em campos específicos e por períodos a serem anualmente aprovados pelo Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES). Estes especialistas serão escolhidos de comum acordo pelo "Governo" e pela "Secretaria-Geral".

b) **Treinamento** — Serviços de especialistas com o encargo de organizar e ministrar cursos para treinar servidores da SUDENE e de instituições e órgãos dos Estados do Nordeste do Brasil que trabalhem em programas de desenvolvimento aprovados pela SUDENE;

c) **Assistência** de um grupo internacional de assessôres de alto nível, formado por três diretores ou altos funcionários de instituições ou órgãos oficiais de planificação nacional ou regional.

2.º) Na realização dos serviços aludidos no número primeiro anterior, compete:

a) A "Secretaria-Geral":

1. O pagamento dos honorários dos especialistas contratados.

2. O custeio das passagens de ida e volta dos referidos especialistas, entre o lugar de seu recrutamento e Recife, Brasil.

3. O pagamento de diárias, ajuda por trabalho de campo, ajuda para instalações e demais benefícios a que façam jus os ditos especialistas, segundo os regulamentos da União Pan-Americana.

b) Ao Governo, através da SUDENE:

1. O custeio das despesas de viagens dos especialistas, dentro do território do Brasil.

2. Prover os espaços necessários aos escritórios, pessoal administrativo, equipamento e material de escritório para o trabalho dos aludidos especialistas.

3. Designar servidores da SUDENE para atuarem conjuntamente com os especialistas enviados pela Secretaria-Geral.

4. Pagar, de acordo com as normas e a tradição, estabelecidas as viagens, diárias e quaisquer outras despesas pessoais dos treinandos.

5. Pagar qualquer outra despesa relacionada com aquisição de bens ou serviços não previstos neste Acôrdio, mas que sejam indeclinavelmente necessários ao trabalho dos especialistas.

3.º) Desde a data de assinatura deste Acôrdio até trinta e um de dezembro de mil novecentos e sessenta e seis, a Secretaria-Geral proverá o seguinte:

a) **Assistência** de duração não inferior a doze meses de trabalho de um especialista, em seis dos sete campos de especialização a seguir descritos: Programação Econômica-Geral, Programação Industrial, Programação Agrícola, Programação dos Recursos Humanos, Programação da Infraestrutura, Desenvolvimento de Projetos e Administração Pública. Um dos especialistas atuará como coordenador do trabalho e elemento de ligação entre a SUDENE e a Secretaria-Geral.

b) **Assistência** de especialistas que organizarão e ministrarão um curso breve sobre metodologia, de avaliação de projetos, sob o qual se fará treinamento em métodos específicos de análise e avaliação para uso das instituições de planejamento.

Assistirão ao curso cerca de trinta servidores da SUDENE e dos Governos dos Estados do Nordeste.

c) **Assistência** de um grupo internacional de assessôres de alto nível,

formado por três diretores ou altos funcionários de instituições ou órgãos oficiais de planejamento nacional ou regional. Esta comissão se reunirá em Recife, Brasil, por duas vezes, com a duração aproximada de dez dias cada uma reunião.

4.º) A Secretaria-Geral submeterá à aprovação do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), durante a celebração de sua Quarta Reunião Anual, os programas e orçamentos necessários para levar a cabo as atividades relacionadas no número terceiro precedente. Estas atividades se realizarão somente na medida aprovada pelo CIES. As atividades a serem propostas pela Secretaria-Geral à aprovação do CIES, para serem realizadas após primeiro de janeiro de mil novecentos e sessenta e sete (1967), serão acordadas em comum pelas partes interessadas.

5.º) O Governo concederá aos especialistas não-brasileiros os privilégios e as imunidades pelo Acôrdio sobre Privilégios e Imunidades da Organização dos Estados Americanos, de 22 de setembro de 1949. Será concedida, igualmente, isenção de direitos e demais tributos aduaneiros para importação de um veículo automotor, para uso particular, trazido em nome próprio ou do cônjuge, desde que o prazo previsto para permanência no Brasil seja superior a um ano. O referido veículo só poderá ser vendido ou cedido de conformidade com as normas e prazos da legislação em vigor.

6.º) O Governo designa como seu representante para os efeitos do presente Acôrdio, o Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

7.º) Este Acôrdio entrará em vigor na data em que o Governo notificar a Secretaria-Geral de que foi aprovado de conformidade com suas disposições constitucionais, poderá ser modificado a qualquer momento por mútuo assentimento das partes e sua vigência durará até noventa dias após a data em que for denunciado por uma das Partes Contratantes.

Em fé do que os Plenipotenciários acima nomeados assinam este Acôrdio em dois exemplares, em língua portuguesa.

Feito no Rio de Janeiro, aos trinta dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e cinco.

Pelos Estados Unidos do Brasil. — Vasco Tristão Leitão da Cunha, Ministro de Estado das Relações Exteriores. — João Gonçalves de Souza, Superintendente da Superintendência do Nordeste.

Pela União Pan-Americana. — José A. Mora, Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos.

## ATA DA 112ª SESSÃO, EM 12 DE JUNHO DE 1968

2ª Sessão Legislativa  
Ordinária, da 6ª Legislatura  
(Extraordinária)

**PRESENCIA DO SR. GILBERTO MARINHO**

As 10 horas acham-se presentes os Senhores Senadores:

Adalberto Sena  
Oscar Passos  
Alvaro Maia  
Edmundo Levi  
Arthur Virgílio  
Milton Trindade  
Pedro Carneiro  
Lobão da Silveira  
Achiles Cruz  
Sebastião Archer  
Victorino Freire  
Petrônio Portela  
José Cândido  
Menezes Pimentel  
Wilson Gonçalves  
Luz de Barros  
Dinarte Mariz  
Manoel Villaga  
Pereira Diniz  
Argemiro de Figueiredo  
João Cleofas  
Pessoa de Queiroz  
José Ermirio  
Teotônio Vilela  
Rui Palmeira  
Arnon de Melo  
Leandro Maciel  
Dilton Costa  
José Leite  
Eduardo Catalão  
Josaphat Marinho  
Carlos Lindenberg  
Eurico Rezende  
Raul Giuberti  
Paulo Torres  
Aarão Steinbruch  
Vasconcelos Torres  
Mário Martins  
Aurélio Vianna  
Gilberto Marinho  
Milton Campos  
Nogueira da Gama  
Lino de Mattos  
Péricles Pedro  
Armando Storni  
Pedro Ludovico  
Fernando Corrêa  
Filinto Müller  
Bezerra Neto  
Ney Braga  
Milton Menezes  
Alvaro Catão  
Antônio Carlos  
Atílio Fontana  
Guido Mondim  
Daniel Krieger  
Mem de Sá

**O SR. PRESIDENTE:**

(Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 67 Senhores Senadores. Havendo número regimental declarado aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debates aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

**EXPEDIENTE****MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

De agradecimento de comunicação referente ao pronunciamento do Senado sobre nome indicado para cargo cujo provimento depende de prévia aprovação dessa Casa do Congresso Nacional:

Nº 213-68 (n.º de origem 359-68), de 11 do corrente — com referência à escolha do Embaixador Antônio Mendes Vianna para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República da Indonésia.

Nº 214-68 (n.º de origem 360-68), de 11 do corrente — com referência

# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL  
ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

**SENADO FEDERAL**

à escôta do Embaixador João Augusto de Araújo Castro para exercer a função de Chefe da Missão do Brasil junto às Nações Unidas.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu respostas aos seguintes Requerimentos de Informações:

Nº 308-68, de autoria do Senador Júlio Leite, enviada pelo Ministro da Educação e Cultura (Aviso nº 350-Br, de 6.6.68).

Nº 394-68, de autoria do Senador Lino de Mattos, enviada pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social (Aviso nº 378, de 5.6.68).

**O SR. PRESIDENTE:**

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu Ofício do Sr. Ministro da Fazenda, solicitando prorrogação do prazo para resposta ao Requerimento nº 400-68, de autoria do Senador Lino de Mattos.

Se não houver objeção, esta Presidência considerará prorrogado por 30 dias o prazo de resposta do citado Requerimento. (Pausa)

Como não houve, está prorrogado o prazo.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Gilberto Marinho) — Há comunicação que vai ser feita pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte:

Sr. Presidente:

Na qualidade de Presidente Substituto, do Parlamento Latino-Americano, comunico à Vossa Excelência, que me ausentarei dos trabalhos do Senado e do País por cerca de dez (10) dias, a fim de integrar a Delegação do Brasil, que participará, em Assumpção — Paraguai da reunião da Comissão de Educação e Cultura, daquele organismo.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, 12 de junho de 1968. — Senador Wilson Gonçalves

**O SR. PRESIDENTE:**

(Gilberto Marinho) — A comunicação lida vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa requerimentos de informações, que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

**Requerimento nº 708, de 1968**

Sr. Presidente

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura o seguinte pedido de informações:

1) Quais as providências que estão sendo tomadas por esse Ministério para minorar a grave crise que enfrenta, no momento, a cotonicultura do Oeste do Estado de São Paulo?

2) Quais as medidas tomadas por esse Ministério tendentes a afastar os obstáculos que vêm encontrando os cotonicultores daquela região, para a colocação do seu produto?

3) Quais as providências que estão sendo adotadas pelas autoridades desse Ministério diante das reivindicações apresentadas pelo Sindicato dos Maquinistas de Algodão do Estado de São Paulo?

Sala das Sessões, 12 de junho de 1968. — Senador Lino de Mattos.

**Requerimento nº 709, de 1968**

Sr. Presidente

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro do Planejamento o seguinte pedido de informações:

1) Qual o número de engenheiros e arquitetos incumbidos da fiscalização das obras contratadas, presentemente, pela CODEBRAS? Remeter relação nominal dos mesmos com data de admissão ou contratação.

2) Recebeu a CODEBRAS alguma obra sem a indispensável fiscalização de construção?

3) Procedem as notícias veiculadas pela imprensa local segundo as quais o Diretor Técnico da CODEBRAS se encontra em viagem de estudos na Europa, em missão oficial? Em caso afirmativo, quais os países que foi visitar e quais as despesas que teve esse órgão com aquela viagem? Fornecer cópia do Relatório de viagem do Diretor Técnico.

4) Sendo a CODEBRAS órgão de coordenação, que espécies de estudos justificaram a viagem de seu Diretor Técnico ao estrangeiro?

Sala das Sessões, 12 de junho de 1968. — Senador Lino de Mattos

**Reque... nº 710, de 1968**

Sr. Presidente

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda o seguinte pedido de informações:

1) Cabendo ao Banco Central fiscalizar o funcionamento dos Estabelecimentos de crédito, quais as providências que estão sendo tomadas no sentido de aburar as irregularidades que vêm ocorrendo em todo o País, notadamente no Estado de São Paulo, consoante denúncias do "Diário de São Paulo", publicadas no dia 6 do corrente, com base nas informações de um grupo de industriais que exibiram comprovantes de pagamentos de juros na base de 15% ao mês a uma empresa fantasma de investimentos da Capital de São Paulo e que está estreitamente ligado a um banco dessa mesma Capital?

Sala das Sessões, 12 de junho de 1968. — Senador Lino de Mattos

**O SR. PRESIDENTE:**

(Gilberto Marinho) — Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Gilberto Marinho) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna.

**O SR. AURÉLIO VIANNA:**

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, há dias ocupei a tribuna do Senado para manifestar o meu regosio pela apresentação do nome do Ministro Lafayette de Andrada para ocupar o cargo de Provedor da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Hoje, volto ao assunto, desde que esse ilustre membro da nossa Suprema Corte desistiu da sua candidatura mesmo porque, residindo em Brasília, não poderia exercer, naquele posto, efetivamente, as funções de Provedor da Santa Casa.

Senhor Presidente, Senhores Senadores, desde o século passado, as tribunas das duas Casas do Congresso têm sido ocupadas por nobres congressistas preocupados em resguardar o nome da multiseclar Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro contra desmandos ali praticados.

No primeiro quarto do século XIX foi a Irmandade veementemente acusada de irregularidades. "Tantas e tão grandes", como dissera o escritor Felix Ferreira, eram as acusações que choviam sobre a Misericórdia já em relação ao tratamento dos enfermos do hospital, já aos expostos no asilo, cuja mortalidade atingia cifras incriveis e já, finalmente, à indisciplina e a falta de decôro no recolhimento das órfãs que o clamor público chegou a ecoar dentro do recinto da Assembléia Constituinte."

Em 1866, da tribuna do Senado, o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos, Provedor da Santa Casa, teve a oportunidade de defender a Misericórdia com a força de sua dialética.

Não desejo alongar-me sobre o zelo pelos assuntos referentes à pia e benemérita Instituição de caridade, demonstrado pelos pronunciamentos da tribuna do Senado pela palavra dos eminentes Senadores Zacarias de Góes, José Clemente Pereira Marques de Abrantes, Barão de Cotzique, Conselheiro Barros Barreto, Visconde do Cruzeiro, Visconde do Uruguai e de Miguel de Carvalho, todos Provedores da Misericórdia do Rio de Janeiro.

Nos dias atuais são os mesmos cuidados e preocupações que nos trazem a esta tribuna em defesa das tradições da Santa Casa, poucas vezes maculada pelos seus dirigentes.

Em 23 de março p. passado, ocupei a atenção dos nobres Senadores fazendo considerações sobre o sistema de eleição adotado pela Irmandade cujo Colégio eleitoral, constituído de onze (11) eleitores escolhidos a 7 de julho por votação de aproximadamente 200 ex-irmãos Oficiais Conselheiros, Definidores e Mordomos e por atuais ocupantes desses cargos de administração, para elegerem o Provedor e os demais vinte e cinco (25) Irmãos de Mesa, a 7 de julho próximo.

Esse processo eleitoral aprovado em sessão de Mesa e Junta de 13 de maio de 1838, tem sido respeitado pelos dirigentes da Santa Casa.

Entretanto, fomos informados que na atual administração diversos Irmãos de Mesa, ainda que impedidos pelo art. 24 do Compromisso foram incluídos na chapa de eleitores do Colégio.

Já no século XVII esse procedimento mereceu a reprovação dos Irmãos de Mesa, conforme consta dos anais da Santa Casa que ora transcrevo: "Tendo de se proceder a eleição em 2 de julho de 1638 efetuou-se uma reunião prévia presidida por Sá e Beinevides na ausência combinada (sic) de Vasqueannes (Provedor) com o fim de assentar os meios de fazer um processo de eleição de conformidade

o mais possível com o Compromisso, declarando-se na ata então lavrada e assinada por mais doze (12) Irmãos presentes, inclusive Sã e Benevides, que "por esta terra ser pequena e não haver Irmandade suficiente estava em uso o votar-se nos Irmãos da Mesa para Eleitores, do que resultava haver alguns subornos e caber-se as pessoas antes da eleição nomeadas para Provedores e Irmãos da Mesa, somos todos de parecer que aqui por diante se guarde o dito Compromisso enquanto a não se votar nos ditos Irmãos da Mesa para Eleitores e somente pela fé que há de Irmãos Oficiais." (José Vieira Fazenda, obra citada).

Senhor Presidente, devo confessar que não conheço um documento de Irmandade mais sábio e digno de ser observado do que o Compromisso da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro.

Como não ignoram os meus nobres colegas esse estatuto foi atualizado pelos vultos mais em destaque da vida jurídica do Império, obedecendo ao que antes existia na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, datado do século XVII.

Desejo ressaltar que as reformas, na parte que se refere ao processo eleitoral, tenham sido feitas pelos nossos juristas do século XIX, sem todavia ferir os princípios consagrados no antigo Compromisso.

O Ministro Luiz Gama Filho, fundador da Universidade da Guanabara, que tem o seu nome e Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Guanabara, reeleito pela 6ª vez, é um dos candidatos ao posto de provedor da Santa Casa, nas próximas eleições, contando com o decidido apoio, segundo informações fidedignas dos respeitáveis Irmãos da Santa Casa, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Antonio Carlos Lafayette de Andrada e Themistocles Cavalcante, do Procurador da República, Doutor Adhemar Vidal, do General Mauro Ribeiro da Costa, do Dr. Arnaldo de Sá Motta e outros veneráveis Irmãos.

E lamentável acompanhar, pela imprensa da Guanabara, por intermédio de comunicações aos Irmãos da Santa Casa e pelos pronunciamentos dos nobres Deputados Silbert Sobrinho, Aloísio Caldas, Caio Mendonça e Mário Saladini, da Tribuna da Assembleia Legislativa, as denúncias contra a atual administração da Santa Casa, de tal maneira graves que nos levaram a apoiar a candidatura do Ministro Lafayette de Andrada que, por residir em Brasília, não a aceitou, e, agora, a do Ministro Gama Filho à direção Suprema da Santa Casa.

Alguns deputados apontar desfalques na Santa Casa; também fraudes contábeis; denunciaram o fechamento da Escola de Auxiliares de Enfermagem Santa Adelaide, que só em 1966 diplomou 102 alunas; revelaram a imminente entrega do Hospital Infantil, Dr. José Carlos Rodrigues, à Cúria Metropolitana, por decisão judicial em ação de comiso por falta de pagamento de foros hospital fundado em 1909 com 60 leitos, considerado na época igual aos melhores existentes em outros países mais civilizados; a redução de 263 leitos nos hospitais próprios e de administração delegada; a diminuição de 574 alunos internados nos educandários da Santa Casa; o internamento no Hospital Geral de apenas 1.464 indigentes em 1966-67 quando em 1961-62 foram internados 6.684; a dispensa em 1966-1967 de 6.419 taxas de serviços cobrando 81.128, sem uma triagem justa para se proceder dentro de um critério mais humano, na forma da tradição das Misericórdias; a declaração, contra os fatos, da existência de 4.889 leitos na rede hospitalar da Santa Casa, em 1966-67, quando na realidade, existiam naquele exercício apenas 1.654 leitos e, finalmente, de elevadas tabelas do serviço funerário

nos percentuais 73 % em 26-7-1966, contrariando dispositivos da Lei número 716, de 1952 o que motivou em 17 de maio de 1968 a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, para apurar a violação do Contrato de Administração Delegada dos Cemitérios.

E' constrangido que ocupo a atenção dos nobres Senadores para um assunto que não é muito das nossas atribuições. O Ministro Luiz Gama Filho, que tendo expressado o seu ponto de vista favorável a permanência no cargo de todo bom administrador se prontificou a retirar a sua candidatura desde que o Provedor da Santa Casa comprove publicamente, com elementos irrefutáveis, a improcedência das graves denúncias apontadas contra a sua administração. Compromete-se ainda, a retirar seu nome do pleito em favor de qualquer dos 3 candidatos que seriam de conciliação. O Procurador da República, Dr. Adhemar Vidal, o General Mauro Ribeiro da Costa e o Dr. Iseu de Almeida e Silva.

Formulo votos para que o bom senso venha a predominar entre os responsáveis pela grandeza da Santa Casa que somente tem em vista, pelo seu Estatuto, promover assistência efetiva a quantos precisam de amparo e caridade.

Que seja eleito um provedor que eleve cada vez mais a instituição que é, além de secular, um patrimônio do povo carioca além de tudo um patrimônio do povo carioca.

Sr. Presidente este foi o assunto que, a pedido de inúmeros interessados no desenvolvimento daquela obra extraordinária, me trouxe a tribuna e agora, por mais uns dez minutos, ocuparei a atenção dos nobres Srs. Senadores para uma denúncia do "Correio da Manhã" de ontem.

"Minério leva americanos a Goiás" — denúncia o "Correio da Manhã", através de seu enviado especial, apontando a existência de uma fazenda, no Estado de Goiás, totalmente cercada, com estação de rádio própria, com pista de pouso de dois quilômetros, onde, textualmente, "se explora livremente a areia monazítica e minérios existentes na Região." A fazenda segundo o jornal, está situada no Município de Tocantinópolis e seus possuidores estão desafiando o nosso Governo.

Quando se falava, da tribuna do Senado, no contrabando de minérios raros, de minerais atômicos, havia quem não desse crédito às denúncias formuladas.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Exª um aparte?

O Sr. AURELIO VIANNA — Então o "Correio da Manhã" enviou dois de seus mais argutos repórteres para uma verificação "in loco" das denúncias que estavam sendo feitas.

Com prazer concedo o aparte a V. Exª, Senador Pedro Ludovico.

O Sr. Pedro Ludovico — De certa feita, pedindo um aparte a V. Exª, quando falava sobre minérios atômicos, disse-lhe que não acreditava nesse contrabando e continuo a não acreditar, porque os técnicos não admitem se possam tirar minerais atômicos do solo de Goiás ou de qualquer outro ponto do Brasil, pelo fato de que não são comerciáveis. Para mim é apenas sensacionalismo que se quer fazer. Pode-se fazer contrabando de outros minérios como o cristal de rocha ou o ouro, mas minério atômico, repito, é impraticável. Quem quiser ficar esclarecido dirija-se aos técnicos que deles ouvirá o que eu estou dizendo. São necessários 20 mil quilos de pó de rocha ou de areia monazítica para se obter uma grama de tório ou de urânio. Portanto, não há a menor possibilidade de se fazer este contrabando.

O Sr. AURELIO VIANNA — Nobre Senador Pedro Ludovico, está aqui dito que ali se explora areia mona-

zítica e outros minérios da região. Não fala, o "Correio da Manhã", exclusivamente, da exploração de areia monazítica, mas de areia monazítica e de outros minérios existentes na região. É uma denúncia tão fundamentada que segundo o "Correio da Manhã", o Presidente da Comissão de Terras do Ministério da Justiça, Delegado Nilton Quirino, irá vasculhar toda aquela zona e espera, textualmente, "comprovar as acusações contra seu proprietário, que é um americano. Descerá, de qualquer maneira, na pista de pouso, mesmo sabendo que os americanos não deixam nenhum desconhecido ali pousar". A pista é suficientemente grande para servir até a aparelhos de grande porte, tipo C-47. Além disso, a fazenda fica bastante próxima ao Rio Tocantins, por onde o minério pode ser transportado.

O Sr. Lino de Mattos — Permite V. Exª um aparte?

O Sr. AURELIO VIANNA — Estamos numa época, Senador Pedro Ludovico, em que as denúncias mais fantásticas devem ser recebidas — até que, em se provando o contrário — como se fossem verdadeiras.

Estamos num mundo em que as reservas de petróleo diminuem visivelmente. Os cálculos feitos pelos grandes técnicos, pelos grandes pesquisadores dão que essas reservas não durarão mais de 100 anos. E os países providentes, e as grandes potências já se estão preparando, hoje, para que, quando o petróleo escassear ou desaparecer possam continuar grandes e poderosos.

Não se dá muito valor a uma grama de urânio. Mas o que representa uma grama de urânio?

O Sr. José Ermirio — Permite V. Exª um aparte?

O Sr. AURELIO VIANNA — Darei o aparte inicialmente, ao Sr. Senador Lino de Mattos, que o pediu primeiro, e, em seguida ouvirei V. Exª com muito prazer.

O Sr. Lino de Mattos — Ouvirei com prazer o aparte do Senador José Ermirio.

O Sr. AURELIO VIANNA — Tem V. Exª o aparte, nobre Senador José Ermirio.

O Sr. José Ermirio — Uma tonelada de urânio equivale a 600.000 toneladas de carvão. Observe bem esse fato, nobre Senador.

O Sr. AURELIO VIANNA — Uma tonelada de urânio equivale a 600.000 toneladas de carvão?

O Sr. José Ermirio — Exatamente. É preciso considerar, ainda, que as concentrações de minérios são feitas nos rios, por gravidade; o mais pesado fica em baixo — e aí estão a magnetita, o ouro, o diamante, a casiterita. Todos os minérios pesados ficam em baixo, não apenas a magnetita. Assim, todos esses minérios de alto valor podem ser facilmente transportados por avião, o que é feito cada vez mais.

O Sr. AURELIO VIANNA — Obrigado a V. Exª.

Tem V. Exª o aparte, Senador Lino de Mattos.

O Sr. Lino de Mattos — Admitamos, nobre Senador, apenas para argumentar, que proceda a incredulidade do nobre e brilhante colega, Senador Pedro Ludovico quanto à possibilidade ou não de contrabando de minérios e areia monazítica. Apenas para argumentar, admitamos que, realmente, não seja esse o objetivo do americano Fuller. Mas, o simples fato de existir, dentro do território nacional, no Estado de Goiás, um campo de aviação com dois quilômetros de extensão onde o brasileiro não possa chegar, onde a autoridade do delegado está sendo ameaçada; o simples fato da existência de um aeroporto, em território nacional, em poder de um norte-americano, que não permite a descida de aviões que não sejam de sua propriedade, obriga as autoridades da Aeronáutica, a

imediatamente, não amanhã nem depois, fazer descer lá seus aviões e tomar conta desse aeroporto, saber afinal a razão da existência desse campo de aviação. Estou falando, como disse de início, apenas para argumentar, sem entrar no problema do contrabando de minérios. É preciso que as autoridades da Aeronáutica tomem uma providência, não só quanto a esse campo de aviação, mas quanto à existência de outros que há pelo território brasileiro. Não faz muitos dias, os jornais davam notícia de que em Itapeva, encostado à Capital paulista, a cento e poucos quilômetros da cidade de São Paulo desceu um avião com contrabando. Não levava, trazia contrabando. Desceu nas barbas das autoridades da Aeronáutica do Estado de São Paulo. No particular, estou convencido de que o nobre Senador Pedro Ludovico está de acordo: o Ministério da Aeronáutica já devia ter tomado as providências, porque os jornais estão noticiando o fato há vários dias. Ao que me consta, até este momento, nenhuma providência foi tomada, neste particular.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite o nobre orador um aparte?

O Sr. AURELIO VIANNA — Com prazer.

O Sr. Pedro Ludovico — Não estou defendendo a presença de americanos ou de qualquer estrangeiro no Estado de Goiás ou em outra região do Brasil, para explorar minérios. O que digo é que há muito exagero quanto às notícias sobre minérios atômicos. Somente sobre esta parte, porque V. Exª sabe que sou contra o Governo Federal sou contra o Governo do Estado de Goiás. Eles, afinal do contos, são os culpados. Se esses estrangeiros estão procedendo mal, apoderando-se de grande parte do território brasileiro, exportando indevidamente minérios atômicos, o culpado é o Governo Federal, e o Governo do meu Estado, dos quais sou adversário político. Mas não acredito que nenhum estrangeiro esteja transportando minério atômico. Isso não tem cabimento. E os técnicos já disseram que esse movimento de minérios atômicos não é comercial.

O Sr. AURELIO VIANNA — Mas, nobre Senador, também seria quasse que irrisória a afirmação de contrabando de imensos toros de uma madeira de lei, chamada mogno.

O Sr. Pedro Ludovico — Isso é diferente. O mogno é levado pelo rio abaixo.

O Sr. AURELIO VIANNA — No entanto, está comprovada, mais do que comprovada a denúncia feita; ou melhor, estão mais que comprovadas as denúncias feitas do contrabando de imensa quantidade de mogno, do Brasil para o estrangeiro. Além de tudo, Senador Pedro Ludovico, vamos considerar...

O Sr. Pedro Ludovico — Há muita diferença entre mogno e minério atômico.

O Sr. AURELIO VIANNA — ... que o minério atômico tem muito mais valor, para o futuro e já no presente, do que o mogno. Vamos considerar que o minério atômico é raro, não se encontra à vontade.

O Sr. Pedro Ludovico — O tório existe em quase todos os Estados do Brasil.

O Sr. AURELIO VIANNA — Vamos aceitar, até que se prove o contrário, que as denúncias procedem.

As grandes potências são capazes de tudo para transportarem minerais atômicos, para se suprirem de reservas, para o seu futuro e a garantia do seu poder. Vamos aceitar pelo menos — porque não somos técnicos — vamos aceitar, as denúncias até que se prove o contrário. Afinal de contas, depois do acordo aerofotográfico, passaram os norte-americanos a conhecer o nosso território de tal modo que eles sabem perfeitamente o que nós temos sobre o sob as



nossas terras. Por coincidência, passaram a comprar imensas porções de terra no Brasil e o escândalo chegou a tal ponto que o próprio Governo, através do Sr. Ministro da Justiça, declarou, perante o mundo assemblado, que 1/5 do território brasileiro, e por coincidência situado na Amazônia, estava nas mãos de estrangeiros, particularmente de norte-americanos.

Quando nós fizemos a viagem, por onde passamos, a pergunta daqueles que conhecem o problema internacional era se procedia a declaração do Ministro da Justiça do Brasil, de que 1/5 do nosso território pertencia a estrangeiros, particularmente aos norte-americanos.

Não há jacobinismo nem xenofobia, porque os norte-americanos guardam muito bem as suas terras e as suas riquezas e merecem o nosso aplauso por fazê-lo. Países até atrasados, como a Tailândia, não permitem que uma polegada quadrada de seu território pertença a estrangeiros e merecem o nosso aplauso. A Inglaterra cuida muito bem das reservas dos minerais que ali existem e das suas terras e merece os nossos aplausos. E qualquer país que cuide do patrimônio dos seus filhos merece os nossos aplausos.

Ora, isto é uma denúncia. Por que vou contestar a denúncia hoje? Devo pedir ao Governo brasileiro que abra um inquérito, envie os elementos que, apurados, apure os fatos e, depois, se for desmentida a denúncia, reiteradamente apresentada, que nos confortemos com esse resultado.

Mas, até que se prove o contrário, aceito a denúncia como válida. Até que se prove o contrário, mesmo porque, não sendo técnico ou especialista, fico de quarentena. Mas, há um interesse inusitado na posse, por estrangeiros, de porções imensas das nossas terras, situadas particularmente nos Estados de Goiás, Pará e Amazonas...

O Sr. Pedro Ludovico — Na Bahia.

O SR. AURÉLIO VIANNA — ... inclusive na Bahia. Ninguém mais põe em dúvida isso. E o interesse surgiu porque descobriram que há dormindo no seio da terra...

O Sr. Pedro Ludovico — Permita-me interrompê-lo, pois está parecendo que está contra o discurso de V. Exa. Não estou. Não concordo é com certa parte, onde há muito exagero, pois não é verdade que os estrangeiros estão exportando minério atômico. Fizemos uma consulta, quando Mauro Borges estava no Governo, aos técnicos brasileiros e eles disseram que não há possibilidade disso, a não ser que montassem uma refinaria nos locais onde houvesse urânio e tório e aí refinassem o seu minério para exportá-lo. Estou falando de acordo com os técnicos. Agora, que os estrangeiros estão comprando terras em Goiás e na Bahia...

O SR. AURÉLIO VIANNA — Meu Caro Senador Pedro Ludovico, está escrito aqui. Gostaria que V. Exa. ouvisse esta parte:

(Lendo)

"Os moradores de Tocantinópolis, a cidade mais próxima da fazenda dos americanos, afirmam que 'ninguém pode descer na pista de pouso da fazenda, sob ameaça de revólveres e fuzis'. Além disso há uma estação de rádio e se explora livremente minério, que é transportado em aviões e barcos. Para reforçar as acusações, o geólogo Alaor Muriel, de Carolina, no Maranhão, depois de explorar toda a região próxima do Rio Tocantins..." prevê a existência de grande quantidade de areia monazítica, nas proximidades de Tocantinópolis, justamente onde está a fazenda dos americanos".

E' uma afirmativa dos moradores da região. Por isso é que declaramos: vamos apurar.

O Sr. Pedro Ludovico — Mas esses moradores estão dizendo que estão carregando tório e urânio?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Vou ler novamente:

Os moradores de Tocantinópolis a cidade mais próxima da fazenda dos americanos, afirmam que "ninguém pode descer na pista de pouso da fazenda, sob ameaça de revólveres e fuzis". Além disso, há uma estação de rádio e se explora livremente minério que é transportado em aviões e barcos. Para reforçar...

O Sr. Pedro Ludovico — Minérios! Não é tório nem urânio. Nisto é que não acredito.

O SR. AURÉLIO VIANNA — São as acusações. A batida da Comissão de Terras deverá ser feita ainda hoje, ou no máximo amanhã. Também sou adversário do atual Governo. Para honra minha fui eleito pelos meus nobres colegas do M.D.B. o líder da Bancada nesta Casa. Mas não posso deixar de aplaudir a atitude do Governo que, diante de denúncias fundamentadas, até prova em contrário, providencia o envio de técnicos, uma comissão para verificar a procedência ou não dessas denúncias, o que já deveria ter feito há muito tempo. — Chego àquele argumento do Senador pelo Estado de São Paulo, o nosso colega Lino de Mattos: a Aeronáutica já deveria ter ocupado aquela aeroporto.

O Sr. Lino de Mattos — Permita-me V. Exa.?

Mesmo porque o que está havendo é um trabalho de dedicação do delegado Oswaldo Quirino, na verdade, uma autoridade excepcionalmente eficiente e dedicada.

O Sr. José Ermirio — Estamos exportando agora, de Araxá, minérios com 1,5% de tório.

O Sr. Pedro Ludovico — Araxá é muito diferente. Lá deve haver maquinaria para refinar minérios — tório ou urânio. Mas no norte de Goiás, no Tocantins não existe.

O Sr. José Ermirio — 1,5% de tório. Portanto, no lugar onde o aluvião é essencial, nos rios, onde a concentração de minérios se faz por gravidade, pode haver coisas muito importantes, como já disse — diamante, ouro, cassiterita esta, aliás, saindo de avião, em todo o País.

O Sr. Pedro Ludovico — E' diferente. Cassiterita é possível.

O Sr. José Ermirio — Mas a concentração é feita mecanicamente...

O Sr. Pedro Ludovico — Tório e urânio, não acredito, só vendo para crer. Podem tirar de Araxá porque aí está no centro de Minas Gerais, ao lado de estrada de ferro e podem usar uma maquinaria adequada. E' possível. Mas lá no sertão imenso, às margens do rio Tocantins, francamente, não acredito. E' sensacionalismo, conversa fiada de jornais e de pessoas que querem dizer coisas que não existem.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Houve tempo em que se dizia que a areia monazítica do Espírito Santo estava sendo transportada para a Europa.

O Sr. Pedro Ludovico — Aliás, o Senador pelo Espírito Santo já declarou aqui que essa areia foi transportada para verificar o teor de urânio que poderia conter, mas não como exploração comercial.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Houve tempo, quando faziam essas denúncias que vezes se levantavam e diziam que isso era um absurdo. Lembro-me, quando era rapazote, de que lia notícias de navios que vinham da Alemanha trazendo carga para o Brasil e levavam como lastro areia monazítica do Espírito Santo.

Houve tempo, quando se dizia que havia petróleo no recôncavo baiano em que brasileiros gargalhavam. Não era possível porque os técnicos locais declaravam que ali não podia ha-

ver petróleo. E, no entanto, hoje está comprovado, é uma bacia sedimentar das mais importantes do mundo.

Quando se diz que há petróleo na Amazônia, ainda há brasileiros que não acreditam.

O Sr. José Ermirio — Senador, convém ler, novamente, que a denúncia diz: de aviões e de barcos".

O SR. AURÉLIO VIANNA — Exato, de aviões e de barcos". Não é apenas o minério atômico.

"Depois disso um geólogo da cidade de Carolina, no Maranhão, junto à divisa de Goiás, após exame profundo de toda a região, chegou à conclusão de que deve haver grande quantidade de areia monazítica em Tocantinópolis, sem contar cobre, ouro, calcário e gesso.

Tudo isso levou a Comissão de Terras do Ministério da Justiça a procurar realizar a batida na fazenda dos americanos, descendo de qualquer maneira na pista de pouso. Hoje ou amanhã, eles descerão e vasculharão toda a área. A Comissão de Terras estava em Goiás para investigar o caso do americano Henry S. Fulleh, que havia expulso diversos possesores da sua fazenda, em Fiacá. Tendo conhecimento da existência da fazenda, em Tocantinópolis, resolveram paralisar os trabalhos com referência a Henry Fulleh e passaram a investigar o novo caso, que tem outras implicações, já que o mesmo geólogo Alaor Muriel admite a existência de areia monazítica na região do Estreito, em Goiás, junto ao rio Tocantins, onde também há duas fazendas de americanos "muito bem guardadas".

Está entre aspas.

E' a ocupação do território nacional por estrangeiros, que fazem as suas pistas para pouso de grandes aviões, que dominam como não dominam na sua própria pátria. Porque o Governo americano não permite que cidadãos americanos pratiquem, lá, o que estão praticando na nossa terra. Repito: não é questão de jacobinismo nem de xenofobia.

O Sr. Atílio Fontana — V. Exa. me concede um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Ouço V. Exa.

O Sr. Atílio Fontana — Caro Senador, todos nós estamos ouvindo o relato de V. Exa. e a notícia publicada na imprensa.

Entendemos que os Srs. Ministros do Interior e de Minas e Energia também devem ter seus assessores — pois Suas Excelências talvez não tenham ocasião de ler esse noticiário.

E certamente, deverão tomar algumas providências.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Então tomando.

O Sr. Atílio Fontana — Não se justifica que notícias, como esta que V. Exa. lê, não sejam levadas a sério pelas autoridades competentes.

Sugeri V. Exa., em seu brilhante discurso, a criação de uma Comissão que fôsse verificar...

O SR. AURÉLIO VIANNA — Não! Não! E' equivoco de V. Exa. Não sugeri coisa nenhuma.

O Sr. Lino de Mattos — Já existe.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Estou declarando que o Governo brasileiro, tomando em consideração essas denúncias, já providenciou a ida de uma Comissão...

O Sr. Atílio Fontana — Muito bem!

O SR. AURÉLIO VIANNA — ... para, in loco, verificar se as denúncias procedem ou não procedem.

V. Exa. ouviu mal as expressões. Foi o que eu disse.

O Sr. Atílio Fontana — Exato. Infelizmente meu ouvido não vai bem. De qualquer maneira, sobre Senador Aurélio Vianna, a denúncia que V. Exa. está fazendo da tribuna do Se-

do é muito oportuna. Esperamos que o Governo, já a esta hora — como V. Exa. mesmo afirma — esteja tomando providências acerca da construção de campos-de-pouso em fazendas de estrangeiros. O Ministério da Aeronáutica tem toda a liberdade para pousar em qualquer campo dentro do Território Nacional, pois é quem os dirige. Daí poder verificar o que esses estrangeiros estão fazendo. Não podemos ser contra propriamente o estrangeiro, precisamos verificar, controlar o que está fazendo aqui dentro. Ele pode ser até elemento útil ao nosso desenvolvimento, trazer para cá os ensinamentos da técnica avançada. Devemos, até louvar a colaboração estrangeira — porém, policiada.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Que venham como os antepassados de V. Exa., para ficarem no Brasil, constituírem família no Brasil. Todos esses que vêm assim são bem-vindos.

Mas V. Exa. vai ouvir isto...

O Sr. Atílio Fontana — Agradeço a V. Exa. a oportunidade, e ouvirei com toda a atenção.

O SR. AURÉLIO VIANNA —

"O Brigadeiro Haroldo Veloso, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados que investiga a venda de terras a estrangeiros, está elaborando um mapa em que estão relacionadas todas as propriedades americanas de terras na Amazônia. Segundo o mapa, os americanos estão formando um cinturão em torno da Região Amazônica, sem, no entanto, penetrar nela. A área de influência do cinturão é vastíssima e entre duas grandes propriedades de americanos estão poucas e pequenas propriedades de brasileiros".

Ora, seria irresponsável, completa e totalmente irresponsável, um Governo que, diante de denúncias dessa natureza, não tomasse as providências cabíveis para a defesa do patrimônio que nós herdamos e que deveremos transmitir aos nossos descendentes, e inclusive providências que, aplicassem na defesa da própria soberania nacional.

Logo, deve o Governo continuar no que se propôs, isto é, investigar e proteger o Território Nacional contra — venham de onde vierem — aqueles que desejam ocupá-lo.

Lí uma vez em discurso de Ruy Barbosa e João Mangabeira dizia que Ruy estava tão avançado para a sua época que só a posteridade iria entender; Creio que eram essas as palavras do meu grande mestre João Mangabeira, discípulo predileto de Ruy Barbosa — a América e a Europa nos olham, dizia Ruy Barbosa, o Brasil é a mais cobigada das presas.

Quantas vezes, agora, no Japão nós ouvimos: O Brasil poderia abrigar uma população de novecentos milhões de indivíduos, e no entanto só possui noventa.

O Sr. Atílio Fontana — V. Exa. quer me conceder mais um aparte, nobre Senador?

O SR. AURÉLIO VIANNA — O mundo todo está olhando para o Brasil. Precisamos de cuidar muito mais do que é nosso.

Precisamos da colaboração estrangeira, e é por isso que não sou nem jacobinista, nem xenofóbica que acha que o nosso País prescindia totalmente do know-how, da mão de obra especializada, da técnica que países mais avançados já conquistaram.

Que venham para o nosso País estrangeiros que desejem aqui fincar as estacas para a construção do seu lar. Há lugar para quantos desejem colaborar, identificando-se conosco, possuindo a terra que passe a ser deles porque, nossa também.

Mas um País que não cuida do que é seu, que não preserva as suas riquezas, para onde vai este País?

As vezes nos perguntavam, fora: — e darei o aparte a V. Exa., Senador Atílio Fontana — uma região tão grande como é o Brasil, é muito grande. A Sibéria também. Há excesso de população na China. Não está, ao lado, a União Soviética com cerca de 1/10 apenas do seu território ocupado?

Não está ali a Mongólia? Não está ali a África? Por que essa ansiedade, esse desejo tão grande, essa preocupação tão grande com as riquezas do Brasil? Nunca visando a sua expansão para grandeza, o benefício e o desenvolvimento do próprio País?

Eu não estou defendendo a tese de que aquelas regiões desocupadas da União Soviética, da África passem a ser ocupadas por estrangeiros. Deixam eles que se trata de terras preservadas para os seus filhos, para os seus netos, para os seus descendentes. E' o que deve haver no Brasil.

Se a nossa população duplica, cada 30 anos, e se, já hoje, temos problemas com apenas 90 milhões de habitantes imagina-se o que não será quando nós tivermos, daqui a 30 anos, 180 milhões de habitantes, e, daqui a 60 anos, 360 milhões de habitantes! Temos, então, de preservar as nossas terras, aproveitando-as para aqueles que irão, naturalmente, herdá-las.

O Sr. Atílio Fontana — Permite V. Exa., um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Com muito prazer.

O Sr. Atílio Fontana — Nobre Senador, em princípio, concordo com V. Exa., nas observações e comentários que ora faz sobre problemas de nossas áreas, hoje, praticamente, pouco aproveitadas. Já tive ocasião de pronunciar discursos, nesta Casa, focalizando a questão econômica, setor sobre o qual tenho, realmente, mais possibilidade de me estender. Nesses pronunciamentos tenho acentuado o fato de que o Brasil vem contraindo dividas importando produtos não essenciais.

O SR. AURELIO VIANNA — De acordo com V. Exa.

O Sr. Atílio Fontana — Verificamos, assim, que o Governo propõe facilidades aos importadores para importação de produtos que afinal, vêm competir com similar nacional, agravando, consequentemente, a nossa balança de pagamentos. Sabemos que os nossos encargos anuais são muito elevados e, ainda assim contruamos empréstimos no Exterior. Estes os aplicamos, muitas vezes, mal, conforme, ainda há poucos dias, a Imprensa noticiou, ou então, os investimos em empreendimentos não reprodutivos, que não auxiliarão, de forma alguma, o desenvolvimento do País. Agora, quando o fazendeiro assume uma certa quantidade de dividas, superiores às suas posses, e não tem possibilidade de satisfazê-las, a tendência é para que essas terras passem a pertencer, senão total pelo menos parcialmente, a outros.

De sorte que nós, no Brasil precisamos cuidar muito desta parte. O Governo tem de cuidar de evitar a importação de artigos que podemos produzir no País assim como, não permitir a competição perniciososa à nossa produção. E' preciso, também que não se tenha euforia quase sempre verificada quando encontramos lá fora, alguém que nos oferece dinheiro emprestado. Embora pareça um grande negócio, às vezes, é o contrário porque, não empregamos o empréstimo de maneira produtiva de maneira a poder desenvolver nosso País e assim o indivíduos mais ainda, aumentando nossos encargos anuais e, consequentemente, criando uma situação para o futuro, talvez insustentável. O fato poderá pesar muito na situação de um país mesmo de grandes proporções territoriais como o nosso.

O SR. AURELIO VIANNA — Estou de acordo, plenamente, com muitos dos conceitos que V. Exa. acaba de apresentar. Mas a prova, mais que

provada, de que nos somos capazes de promover o desenvolvimento deste País, está aqui no Senado.

O que V. Exa. vem fazendo por Santa Catarina, promovendo o desenvolvimento deste País, é alguma coisa que ninguém pode desconhecer.

O Sr. Atílio Fontana — Não é milagre. Todos podem fazer o que fazemos e temos muito prazer nisso.

O SR. AURELIO VIANNA — Outro exemplo, o que o nobre Senador José Ermírio vem fazendo, prova que somos capazes de, com os nossos próprios recursos, promover o desenvolvimento deste País, aproveitando as suas riquezas. Ninguém desconhece tal fato.

O Sr. Atílio Fontana — Exato.

O SR. AURELIO VIANNA — No campo da propaganda, da Imprensa, temos, aqui, o Senador Pessoa de Queiroz. Quem quiser saber o que um brasileiro pode fazer, usando a sua energia, o seu trabalho, a sua inteligência para a criação de uma rede de jornais, de televisões, de rádio emissores que cubram o País e o Exterior, levando a nossa voz, esta aí na pessoa deste pernambucano.

Podemos ir citando, um a um, os muitos brasileiros que, em diversas regiões de nossa Pátria, com esforço inenarráveis, vêm construindo a grandeza do País, numa demonstração de que, se nós nos reorganizarmos, venceremos as barreiras do subdesenvolvimento, e sem alienarmos a ajuda natural que a tecnologia e a ciência estrangeira nos podem dar, usando, o que nos foi entregue, com as nossas próprias mãos e com o nosso cérebro construiremos a grande civilização, que já se iniciou em nosso País.

Por que razão citei alguns nomes dos muitos que existem espalhados por este País? É porque só assim, através de demonstrações objetivas, nós podemos levar a nossa mocidade a acreditar neste País, evar essa multidão que, de descrença em descrença, se acodoma, a despertar e a lutar como outros povos lutaram contra o subdesenvolvimento, pelo progresso e pela grandeza desta Pátria. Esta Pátria é não pode e não deve ser subdividida, fragmentada e não posso descrever, nem mesmo dos militares os responsáveis mais diretos, pela sua integridade.

Sr. Presidente, vim à Tribuna para tratar deste assunto porque estou convencido de que é de suma gravidade. E tempo de nós abrimos os olhos, não para criarmos um ambiente de hostilidade contra outros povos mas para criarmos um ambiente de defesa intransigente e incondicional daquilo que de direito e de fato, nos pertence. Esta é a nossa luta, não é contra nenhum povo e a favor do Brasil (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Senador Arthur Virgílio. (Pausa.)

S. Exa não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Mário Martins. (Pausa.)

S. Exa não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Lino de Mattos.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, o Sr. Ministro da Saúde, Dr. Leonel Miranda, apresentou a apreciação dos órgãos competentes o Plano Nacional de Saúde. A matéria tem sido longamente discutida, tem dado margem a controvérsias de várias naturezas. A propósito do assunto, recebi, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, ofício que passo a ler, a fim de que conste dos anais desta Casa a esperança de que a imprensa sobre o assunto dê alguma notícia. Diz o Ofício:

"Senhor Senador:

Ref.: Projeto do Plano Nacional de Saúde

A CONTAG, tendo tomado conhecimento através da Imprensa e por alguns parlamentares sobre o projeto do Plano Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, esta entendendo, por carência de melhores conhecimentos que ele e contrário aos interesses dos trabalhadores.

Sendo o plano de interesse geral não foi dado a ampla divulgação, a exemplo do que aconteceu com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, tal medida de tão amplas proporções deveria ser dada ao conhecimento do público em geral e às entidades representativas interessadas, pois lhes diz respeito, por ser quem contribui obrigatoriamente, aos seus salários já minúsculos, em sua maioria.

Solicitamos a V. Exa insistir na divulgação do plano antes de ser ele aprovado e, ate mesmo, combatê-lo, caso seja e contrario aos interesses dos contribuintes que já são mal servidos. Que esta medida, por sugestão do Senhor Ministro da Saúde, não venha privar os trabalhadores do pouco que já recebem da Previdência Social, apesar de contribuírem com excesso, tendo em vista os seus salários deficientes.

Sem mais para o momento, apresentamos os protestos de nossa elevada estima e distinta consideração, com as nossas respeitadas saudações. — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. — José Francisco da Silva, Presidente.

Procedi à leitura deste Ofício no pressuposto de que o Ministro da Saúde dele tome conhecimento e atenda aos trabalhadores, fazendo com que, não só a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, mas a Confederação dos Trabalhadores em geral, seja a matéria apresentada para que a examinem devidamente e opinem oferecendo sugestões.

É uma forma de o Governo proporcionar às classes interessadas — segundo frisa o ofício trabalhadores que contribuem — oportunidade de opinar, em matéria de tal magnitude. Era o que eu tinha a dizer, Senhor Presidente. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Senador Alvaro Catão. (Pausa.)

Não está presente.

Não há mais oradores inscritos.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, vou encerrar a sessão, anunciando para a sessão ordinária de hoje, a seguinte

#### ORDEN DO DIA

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 75, DE 1968

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1968 (nº 1.245-B-68, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que concede franquia postal às precatórias criminais (incluído em Ordem do Dia nos termos do parágrafo único do art. 270 do Regimento Interno), tendo Parecer favorável, sob nº 490, de 1968, da Comissão de Finanças, com a emenda que oferece sob nº 1-CF e dependendo de pareceres das Comissões, de Constituição e Justiça sobre o projeto e a emenda de Plenário; e — de Finanças sobre a emenda de Plenário.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 10, DE 1967

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 10 de 1967, de autoria do Sr. Senador Vas-

concelos Torres, que dá ao Edifício do Ministério das Relações Exteriores, na Capital da República, a denominação de "Palácio dos Arcos", tendo Pareceres, sob ns. 83, 84 e 374, de 1968, das Comissões — de Constituição e Justiça, pela juridicidade; Relações Exteriores, pela rejeição; e Segurança Nacional (audiência solicitada pelo Requerimento nº 127-68), deixa de se pronunciar por não ser a matéria de sua competência.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 52, DE 1968

Discussão, em primeiro turno, (com apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, de acordo com os arts. 265 e 265-A, do Regulamento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 52, de 1968, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre a aplicação da Lei número 1.050, de 3 de janeiro de 1950, tendo Parecer, sob nº 495, de 1968, da Comissão de — Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11:15 horas)

ATA DA 113ª SESSÃO, EM 12 DE JUNHO DE 1968

2ª Sessão Legislativa

Orinária, da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS.: GILBERTO MARINHO E GUIDO MONDIN.

As 14:00 horas e 30 minutos,

acham-se presentes os Srs. Senadores:

Alvaro Maia  
Edmundo Levi  
Achilles Cruz  
Vitorino Freire  
Menezes Pimentel  
Luiz de Barros  
Dinarte Mariz  
Argemiro de Figueiredo  
José Ernânio  
Leandro Maciel  
José Leite  
Josephat Marinho  
Carlos Lindemberg  
Paulo Torres  
Aurelio Vianna  
Gilberto Marinho  
Lino de Mattos  
Péricles Pedro  
Pedro Ludovico  
Fernando Correa  
Bezerra Neto  
Ney Braga  
Alvaro Catão  
Guido Mondin  
Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental declarado aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debates aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

#### EXPEDIENTE

OFÍCIOS DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CAMARA DOS DEPUTADOS:

Nº 2.600, de 11 do mês em curso — com referência à aprovação das emendas do Senado ao Projeto de Lei nº 1.061-68 na Câmara e nº 48-68 no Senado, que cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) e dá outras providências. Projeto enviado à sanção em 11.6.68;

Nº 2.601, de 11 do mês em curso — com referência à aprovação das

emendas do Senado ao Projeto de Lei nº 1.080-68 na Câmara e nº 47-68 no Senado, que dispõe sobre a política econômica da borracha, regula sua execução, e dá outras providências. Projeto enviado à sanção em 11 de junho de 1968;

Nº 2.602, de 11 do mês em curso — com referência à aprovação das emendas do Senado ao Projeto de Lei nº 1.081-68 na Câmara e nº 46-68 no Senado, que dispõe sobre a aplicação nos Estados e Municípios das normas relativas às licitações previstas no Decreto-lei nº 200, de 25.2.67, e dá outras providências. Projeto enviado à sanção em 11.6.68.

Nº 2.603, de 11 do mês em curso — com referência à aprovação das emendas do Senado ao Projeto de Lei nº 1.118-68 na Câmara e nº 55-68 no Senado, que dispõe sobre o reajustamento salarial. Projeto enviado à sanção em 11.6.68.

## PARECERES

Parecer nº 503, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1968 (nº 3.651-C-66, na Câmara), que regula a apresentação e o uso dos documentos de identificação pessoal.

Relator: Senador Edmundo Levi.

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 43, de 1968, originário da Câmara dos Deputados, que pretende regular "a apresentação e o uso dos documentos de identificação pessoal."

2. De autoria do ilustre Deputado Dasso Coimbra, dispõe inicialmente:

"Art. 1º Não será lícito a nenhuma pessoa física ou jurídica, quer de direito público ou privado, reter de outrem os seguintes documentos de identificação, ainda que apresentados sob forma de publicas formas ou fotocópias autenticadas: certidão de registro civil, título de eleitor, carteira de identificação, certificado de reservista, carteira profissional, certidão de casamento, certidão de naturalização e carteira modelo 19 (dezenove)."

Parágrafo único. Quando exigida a qualquer cidadão brasileiro nato ou naturalizado ou estrangeiro, apresentação dos documentos relacionados neste artigo, quem os exigir fará cópias dos mesmos os elementos de identificação que julgar necessários, devolvendo, em seguida, os documentos, apresentados".

Reforçando a proibição contida no dispositivo transcrito, o artigo segundo prescreve que "somente à ordem dos órgãos do Poder Judiciário" poderão aqueles documentos "ser retidos". É completa com o artigo terceiro:

"O responsável direto pela pessoa jurídica de direito público ou privado que reter de alguém os documentos relacionados no artigo 1º ficará sujeito às penas de 1 (um) a 3 (três) meses de prisão ou multa de NCr\$ 0,50 a .... NCr\$ 3,00, na conformidade do artigo 5º da Lei nº 3.688, de 2 de outubro de 1941".

3. O projeto, segundo esclarece seu eminente autor, visa a pôr cõbo a uma prática injustificável, abusiva e causadora de grandes dificuldades, sobretudo às classes pobres, pouco esclarecidas. Se transformado em lei, tolherá as descabidas exigências de entrega de documentos pessoais, nos mais simples atos, para apenas e inutilmente serem arquivados nas repartições que os exigem. Se "provado" — e agora um excerto da justificacão — "o cidadão brasileiro ou estrangeiro apenas necessitará, pela vida em fora, de certos documentos, unicamente um exemplar, pois quando a apresentação

deles for solicitada, o cidadão, o cidadão o mesmo será envolvido ao portador".

4. Para a Comissão de Constituição e Justiça da Casa de origem, a proposição "tem uma finalidade objetiva e justa, pois virá, se convertida em lei, facilitar a apresentação de certos documentos, impedindo sua apropriação, principalmente pelos órgãos governamentais".

5. Julgamos, realmente, de grande atualidade e necessidade a concretização da medida proposta. É um passo seguro e imprescindível para se reduzir ao mínimo a prática da vida, de documentos de identificação pessoal, de obtenção e de recuperação sempre difíceis. Veja-se, por exemplo, o que ocorre com o menor estudante: ao matricular-se num colégio, ou toda vez que sai de um grau de ensino para ingressar em outro, deverá entregar seu registro de nascimento. Pior, talvez, ocorre com o menor que precisa de trabalhar; legalmente, para se munir da carteira de trabalho, deverá entregar seu registro de nascimento que, integrando o respectivo prontuário, irá entulhar o arquivo da repartição encarregada da emissão daquela carteira.

6. Julgamos que, sob os ângulos que a esta Comissão compete apreciar, nada obsta a tramitação do projeto. Entretanto, entendemos imperativos alguns reparos justificadores das alterações que sugerimos após.

7. O artigo primeiro poderá conformar-se de maneira mais precisa, mais técnica e mais expressiva. E o seu parágrafo único, contendo a expressão "brasileiro nato ou naturalizado", não se coaduna bem com a Constituição vigente, que já não permite essa distinção, pois nenhuma outra restrição, além daquelas que estabelece, admite em razão do modo de ser da nacionalidade do brasileiro. O artigo terceiro manda punir apenas "o responsável pela pessoa jurídica de direito público ou privado que reter de alguém os documentos relacionados no art. 1º", deixando sem referência expressa, para apensamento, a pessoa física que infringir a lei.

8. Ademais, o projeto não diz como classificar a infração prevista. Subtende-se, contudo, que se pretende configurar uma contravenção penal. Nos casos de retenção de documentos de identificação, geralmente correntes, não se pode dizer que as ações ou omissões praticadas sejam ofensivas em si mesmas, constituam um mal em si mesmas. Também não corresponde aos reais objetivos do projeto a disposição (art. 2º) que prescreve que "somente à ordem dos órgãos do Poder Judiciário" poderão os documentos "ser retidos". Parece-nos que a intenção do autor seria dizer que somente por ordem judicial poderá ocorrer a retenção.

Daí porque, à vista das considerações expendidas, opinamos pela aprovação do projeto sob a firma sugerida na seguinte emenda substitutiva.

### EMENDA SUBSTITUTIVA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A nenhuma pessoa física, bem como a nenhuma pessoa jurídica, de direito público ou de direito privado, será lícito reter qualquer documento de identificação pessoal, ainda que apresentado por fotocópia autenticada ou pública — firma, inclusive comprovante de quitação com o serviço militar, título de eleitor, carteira profissional, certidão de registro de nascimento, certidão de casamento, comprovante de naturalização e carteira de identidade de estrangeiro.

Art. 2º Quando, para a realização de determinação to, for erigida a apresentação de documento de identificação, a pessoa que fizer a exigência fará extrair, no prazo de até 5 (cinco) dias, os dados que interessarem, devolvendo, em seguida, o documento ao seu exibidor.

Parágrafo único. Além do prazo previsto neste artigo, somente por ordem judicial poderá ser retido qualquer documento de identificação pessoal.

Art. 3º Constitui contravenção penal, punível com a pena de prisão simples de 1 (um) a 3 (três) meses ou multa de NCr\$ 0,50 a NCr\$ 3,00, a retenção de qualquer documento a que se refere esta lei.

Parágrafo único. Quando a infração for praticada por preposto ou agente de pessoa jurídica, considerará-se responsável quem houver ordenado o ato que ensejou a retenção, a menos que haja desobediência ou inobservância de ordens ou instruções expressas pelo executante, quando, então, será este o infrator.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1968. — Milton Campos — Presidente. — Edmundo Levi — Relator. — Carlos Lindenberg — Menezes Pimentel — Alvaro Maia — Bezerra Neto — Josaphat Marinho.

Parecer nº 504, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1968, (Projeto de Lei nº 3.106-C-65, na Câmara), que altera o art. 102 do Decreto-lei número 9.698, de 2 de setembro de 1946 (Estatuto dos Militares).

Relator: Senador Alvaro Maia

O Projeto de Lei nº 60, de 1968, altera o art. 102 do Decreto-lei número 9.698, de 2 de setembro de 1946 (Estatuto dos Militares), após os Pareceres favoráveis, com emenda e subemenda, nas Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional e com informações prestadas pelo Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República.

Modificam-se, pelo Projeto, os requisitos para que os militares da ativa e da reserva possam contrair matrimônio.

Respondendo a informações solicitadas pela Câmara dos Deputados, a Presidência da República, pelo seu Gabinete Militar, se manifestou favorável, divergindo apenas com relação aos sargentos, que, para o matrimônio, devem ter, no mínimo, 25 (vinte e cinco) anos de idade completos e mais de cinco anos de tempo de efetivo serviço.

O Projeto elimina a parte referente a idade dos sargentos, permitindo, entretanto, uma compreensão larga dos serviços nas fronteiras, o casamento para os cabos e soldados do Exército destacados em Unidades de Fronteiras.

O Projeto com tramitação na Câmara e no Senado desde 1965, impondo-se a sua discussão, "a fim de não perder tempo com a sua aprovação" conforme Parecer do nobre senador Domício Gondim, pela Comissão de Segurança Nacional.

Firmado parecer favorável, rende homenagens, com devida vênia, ao parecer do deputado Marechal Amaury Kruel, que se referia às suas fiscalizações aos postos de fronteiras, como Comandante do II Exército: "Tive a oportunidade de verificar, naqueles postos, a existência de mulheres humildes que haviam se amancebado com soldados mandados servir nos respectivos postos, e possuíam 2, 4 e 5 filhos e cada um deles, de pais diferentes, pois que os soldados não podendo contrair matrimônio, após terem baixa do serviço militar, fixaram residência nos lotes de terras que o Ministério do Exército destinou aos

militares que desejavam se fixar naquela zona de fronteira.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1968. — Milton Campos, Presidente. — Alvaro Maia, Relator. — Edmundo Levi. — Bezerra Neto. — Carlos Lindenberg. — Menezes Pimentel — Josaphat Marinho.

## O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu respostas aos seguintes Requerimentos de Informações:

De autoria do Senador Vasconcelos Torres

Nº 247-68, enviada pelo Ministro da Indústria e Comércio (Aviso número AP-161-68, de 10.6.68);

Nº 353-68, enviada pelo Ministro dos Transportes (Aviso nº 693-GM, de 10.6.68);

Nº 370-68, enviada pelo Ministro do Interior (Aviso nº BSB-222, de 11.6.68);

Nº 372-68, enviada pelo Ministro da Indústria e Comércio (Aviso número AP-158-68, de 10.6.68);

Nº 373-68, enviada pelo Ministro do Interior (Aviso nº BSB-221, de 11.6.68);

Nº 423-68, enviada pelo Ministro do Interior (Aviso nº BSB-220, de 11.6.68);

Nº 428-68, enviada pelo Ministro do Interior (Aviso nº BSB-223, de 11.6.68);

Nº 471-68, enviada pelo Ministro do Interior (Aviso nº BSB-21968, de 11.6.68);

Nº 48768, enviada pelo Ministério do Interior (Aviso nº BSB-224, de 11.6.68);

Nº 535-68, enviada pelo Ministro do Interior (Aviso nº BSB-225-68, de 11.6.68).

## O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência deferiu os seguintes Requerimentos de Informações:

De autoria do Senador Lino de Mattos

Nº 680-68, ao Ministério da Agricultura;

Nº 68-68, ao Ministério da Agricultura;

Nº 684-68, ao Ministério da Aeronáutica;

Nº 693-68, ao Ministério da Indústria e Comércio;

Nº 699-68, ao Ministério da Indústria e Comércio;

Nº 700-68, ao Ministério da Agricultura;

Nº 701-68, ao Ministério dos Transportes;

Nº 705-68, ao Ministério do Planejamento;

Nº 706-68, ao Ministério da Educação e Cultura;

De autoria do Senador Aarão Steinhilber

Nº 683-68, ao Ministério da Fazenda;

Nº 704-68, ao Ministério da Agricultura;

De autoria do Senador Vasconcelos Torres

Nº 684-68, ao Ministério da Educação e Cultura;

Nº 68568, ao Ministério da Indústria e Comércio;

Nº 697-68, ao Ministério da Educação e Cultura;

Nº 683-68, ao Ministério da Fazenda;

Nº 689-68, ao Ministério da Fazenda;

Nº 690-68, ao Ministério da Agricultura;

Nº 691-68, ao Ministério das Relações Exteriores;

Nº 692-68, ao Ministério da Fazenda;

Nº 693-68, ao Ministério da Saúde;



De autoria do Senador  
Raul Giuberti

Nº 595-68, ao Ministério da Indústria e Comércio:

De autoria do Senador  
Adalberto Sena

Nº 702-68, ao Ministério do Trabalho e Previdência Social.

# O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O Sr. 1º Secretário procederá à leitura de comunicações.

São lidas as seguintes

Em 12 de junho de 1968

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País dentro de poucos dias, a fim de, no desempenho de missão com que me distinguiu o Senado, participar da reunião da Comissão de Educação e Cultura do Parlamento Latino-Americano, a realizar-se em Assumpção — Paraguai.

Atenciosas saudações. — Adalberto Sena.

Senhor Presidente,

Na qualidade de Membro da Delegação do Senado, que participará da Reunião da Comissão de Educação e Cultura, do Parlamento Latino-Americano, que se reunirá em Assumpção — Paraguai, comunico a Vossa Excelência, que me ausentarei dos trabalhos do Senado, e do País, por cerca de dez (10) dias.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1968. — Senador Manoel Villaga

# O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a matéria, requerimentos que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

Requerimento nº 711, de 1968

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma Regimental, se encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura o seguinte pedido e informações:

1) Quais as gratificações atribuídas por lei aos membros do Colegiado do IBRA?

2) Quais os servidores dessa autarquia que exercem funções gratificadas (relacionar os nomes, as funções e importância das gratificações)?

3) Facultam os Estatutos do IBRA concessão de gratificações aos membros de sua Direção, por parte de qualquer órgão da autarquia, além da ratificação de Gabinete ou das instituições por lei?

4) Quais as vinculações contratuais de quem a firma OESA com o IBRA? Quais o Presidente e demais diretores da referida firma?

5) Que ligações existem entre a firma OESA e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal? Quem dirige esta última instituição? Exerce diretor do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal alguma ligação no IBRA?

Sala das Sessões, 12 de junho de 1968. — Lino de Mattos.

Requerimento nº 712, de 1968

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma Regimental, se encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda o seguinte pedido e informações:

1) Quais as providências que estão sendo tomadas por esse Ministério diante das graves denúncias veiculadas no "Diário de São Paulo", de 11 de maio em curso, segundo as quais "es-

candalosa fraude está sendo feita contra a PETROBRAS, através do porto de Santos, lesando o patrimônio nacional em milhões de dólares com o contrabando de gasolina, que está sendo importada como se fosse petróleo cru, em navios da própria FRONAPE, subsidiária da PETROBRAS?

2) Que medidas tomaram as autoridades alfandegárias do porto de Santos a respeito do processo número 2.341-68 da Alfândega daquela cidade, que autorizou o desembarque de uma carga, num total de 21.186,195 quilos, procedente da Venezuela, pelo navio petroleiro "Washington Luis" e consignação às indústrias Matarazzo?

3) Em face das denúncias feitas pelos fiscais da Alfândega de Santos, que medidas punitivas foram aplicadas contra os infratores?

4) Qual a estimativa dos prejuízos sofridos pela PETROBRAS com a referida fraude fiscal, considerada pelo referido órgão de imprensa paulista como "o crime do século", em face de suas proporções e repercussões sobre o interesse nacional?

5) Quais as providências tomadas por esse Ministério diante da denúncia da existência de uma "gang" internacional mancomunada com ora-sileiros, "para encobrir que estamos com boa quantidade de gasolina em estoque, quando, na verdade, não estamos importando?"

6) Que providências tomou esse Ministério acerca da denúncia segundo a qual o Inspetor da Alfândega mantém engavetado o processo sobre o citado contrabando?

7) Propuseram as autoridades fiscais desse Ministério alguma providência legal para apurar a responsabilidade dos autores da citada fraude? Sala das Sessões, 12 de junho de 1968. — Lino de Mattos.

Requerimento nº 713, de 1968

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 213, letra "b", do Regimento Interno, e para o fim de providências em torno do projeto de lei orçamentária para o exercício de 1969, na Comissão de Finanças, requeremos sejam prestadas pelo Ministério dos Transportes, as informações a seguir:

1) Se forem procedidos pelo Grupo Executivo de Integração do Problema dos Transportes (GEIPOP) estudos, relatórios e planos técnicos a respeito do plano rodoviário nacional.

2) Em caso afirmativo, informar se das referidas atividades do GEIPOP resultaram modificações no Plano Rodoviário Nacional e nas demais tarefas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, aprovadas nesse Ministério e presentemente em execução.

3) Relativamente à programação e execução dos planos ferroviários do Ministério dos Transportes, na atual gestão, em que consiste a participação do mencionado GEIPOP.

4) Qual o número e especificações funcionais de servidores do quadro desse Ministério integrados naquele grupo técnico.

5) Quais os critérios que estão sendo adotados pelo GEIPOP na elaboração da estatística de transportes.

6) Se são registrados nesse Ministério os recursos financeiros de organismo internacional recebido pelo referido grupo, ou se não foram recebidos aqueles recursos.

Sala das Comissões, 12 de junho de 1968. — Bezerra Neto.

# O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Os requerimentos lidos vão a publicação e, em seguida, serão despachados pela Presidência.

# O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu telex do Sr. Ministro das Relações Exteriores, comunicando o falecimento, ocorrido no dia 10 do mês em curso, do Sr. Lamine Gueye, Presidente da Assembleia Nacional do Senegal.

# O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há oradores inscritos.

O primeiro deles é o Sr. Senador Josaphat Marinho, a quem concedo a palavra.

# O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, a defesa do monopólio estatal do petróleo parece-nos que deve ser uma preocupação constante dos homens públicos e, em particular, dos parlamentares.

Sejam quais forem as deficiências ou as limitações de ação da PETROBRAS, é incabível que, no curso do seu funcionamento — já vai para 15 anos — a empresa tem sido um instrumento de afirmação da nossa independência econômica e da capacidade de técnicos e de trabalhadores brasileiros.

Não obstante a intensa variedade de suas direções e até a divergência de diretrizes entre elas, a empresa vem progredindo, diversificando suas atividades, dentro da linha geral que orienta o monopólio em todo o mundo, de maneira que, pela conquista de maiores recursos, possa desdobrar os setores essenciais.

Tanto mais nos devemos preocupar com a defesa do monopólio estatal do petróleo quanto, a partir de 1964, esse regime de atividade econômica vem sofrendo golpes, por efeito de uma política de moderação liberal e superada do chamado Governo Revolucionário, no plano da intervenção do Estado.

Não se tem, a partir daquela data, ampliado a ação do monopólio, antes, lhe imposto restrições, ora pela exclusão da área privativa da PETROBRAS, da exploração do xisto betuminoso, ora pela transferência, quase total, à iniciativa privada, da indústria petroquímica.

A par disso, há alguns meses a presente data desenvolve-se pela imprensa campanha de acentuadas e reiteradas críticas à PETROBRAS, e, em alguns casos, com declaração de ser condenável o exercício do monopólio.

Tais circunstâncias nos aconselham a estar advertidos, para que, em nome de um progresso mais rápido, na exploração do petróleo, não venhamos a perder o domínio de seu aproveitamento e da ampliação de recursos, através dele, para a melhoria de condições da economia do País e da vida dos brasileiros.

Nessa preocupação de fortalecer o monopólio é parte saliente a própria administração da PETROBRAS. Na proporção em que os órgãos dirigentes da empresa aplicarem medidas, notadamente de caráter administrativo, para fortalecer a empresa, inclusive assegurando a solidariedade da opinião pública e o apoio decisivo dos servidores do empreendimento, estarão prestigiando o cumprimento da Lei e preservando uma das formas de consolidação da independência econômica do País.

O Sr. Lino de Mattos — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Lino de Mattos — Estou de pleno acordo com as palavras de V. Exa. Conforme V. Exa. deve ter tido oportunidade de ouvir procedeu-se, há pouco, à leitura de um requerimento de informações, que estou encaminhando ao Ministério da Fazenda, a propósito do problema de certa gravidade e que envolve a PETROBRAS. Trata-se de um co-

mentário feito no número de ontem do "Diário de São Paulo", em que se formula uma crítica seríssima que representa um verdadeiro escândalo, ou seja, a importação de gasolina feita pela FRONAP que pertence à PETROBRAS, mas que dá entrada no porto de Santos como senão cru. Na realidade, trata-se de gasolina. Vê V. Exa. que, realmente, há necessidade de providências para que a PETROBRAS não se veja envolvida em situações dessa natureza, da mais alta gravidade. Espero que o requerimento de informações e a resposta dele e que a PETROBRAS nada tenha a ver com essa importação clandestina. Trata-se de um verdadeiro contrabando, pois quando os navios chegam ao porto de Santos constando transportar óleo cru, na verdade transportam gasolina, através de fraude de documentos em prejuízo da PETROBRAS.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Atentarei no aparte de V. Exa., mas, antes, quero ter o prazer de ouvir a intervenção do nobre Senador José Ermirio.

O Sr. José Ermirio — Fico satisfeitíssimo por V. Exa. trazer ao plenário desta Casa assunto de tão grande importância quanto este. Os homens que estão investindo contra a PETROBRAS chamam-se Roberto Campos e Eugênio Gudin. Já disse em discurso, nesta Casa, que o Senhor Gudin é "gênio" para os americanos e "eugênio" para os brasileiros. O Ministro Roberto Campos é diretor de uma empresa de planejamento, o Investibanco, ligada a grupos estrangeiros e ganha, segundo estou informado, de 15 a 18 mil cruzeiros novos por mês. O seu boletim, juntamente com o do "City Bank", eu os recebo. Ambos têm o mesmo tamanho e a mesma apresentação.

O Sr. Eugênio Gudin trabalhou quase toda a sua vida para empresas estrangeiras. Portanto, estes dois homens deviam ter um pouco mais de cuidado e que examinassem realmente com atenção o seu passado e o seu presente. Acha mesmo que devíamos examinar, cuidadosamente, as despesas que se fazem em qualquer organização do governo ou de particulares. Porém ressaltar, somente, a deficiência e não olhar o valor que a PETROBRAS está tendo nos últimos anos, para mim é uma injustiça clamorosa, que deve ser sanada imediatamente. Ontem mesmo o Professor Eugênio Gudin, na Câmara dos Deputados, na Comissão de Minas e Energia, fez declarações e nada respondeu ao que se perguntava. No entanto, a imprensa disse o contrário, que se saiu muito bem. Eu posso afirmar, porque assisti ao debate, os que lá ficaram informaram-me hoje, de que foram uma verdadeira negação as respostas de S. Exa. Por que então a imprensa do Brasil não defende as legítimas aspirações do povo brasileiro, que é a PETROBRAS? Por que o Brasil não tem uma companhia seguindo as mesmas normas da PEMEX? Acabo de estar no México, no mês de maio, e lá, além do monopólio, a distribuição do petróleo é feita pela PEMEX. Até a PETROQUÍMICA está nas mãos dela e até hoje representa um patrimônio importantíssimo dentro da Nação, e é toda estatal. Nós só encontramos de feito nas empresas nacionais e estatais, quando muitas particulares deveriam ser examinadas com mais cuidado, pois vivem dentro do País, à custa dos favores imensos da nação. Posso dizer que nós não queremos favores do Governo mas, estas empresas todas elas os tem. Portanto, Senador Josaphat Marinho, eu me congratulo com V. Exa. por lutar como nós lutaremos aqui, de peito aberto, para defender essa empresa que é a PETROBRAS e que representa o orgulho e a salvação do Brasil.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — O empenho, diria melhor, o dever de defesa do monopólio estatal do petróleo se torna tanto mais relevante, Sr. Presidente, quanto mais assinalava, há uma campanha aberta contra a PETROBRAS. Só se lhe apontam os defeitos, as falhas, as deficiências. Por isso, acentuávamos, também, cabe aos dirigentes da empresa adotar uma atitude de permanente vigilância sobre o comportamento de todos os seus órgãos...

O Sr. Lino de Mattos — Este o sentido do meu aparte.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — ... a fim de evitar que se multipliquem os enganos ou equívocos as falhas ou as injustiças. Ainda há pouco, no aparte com que nos distinguiram, o nobre Senador Lino de Mattos assinalava fato noticiado pela imprensa e que lhe mereceu o cuidado de um pedido de informação. Mas a empresa precisa estar atenta, não só a esses problemas de organização e de administração e aos reflexos de ordem moral sobre suas atividades, como, por igual, no que concerne ao tratamento dispensado a seus servidores. A PETROBRAS não será uma empresa vigorosa e em condições, permanentes de resguardar o monopólio, se não tiver, no plano nacional, o prestígio da opinião pública, e, no círculo de suas atividades, o apoio da comunidade de seus servidores.

Vale dizer-se, em honra dos técnicos e trabalhadores da Petrobras, que até 1964, não obstante erros e desacertos verificados e, em certos momentos até determinados tumultos administrativos, a empresa, entretanto, contou sempre com a solidariedade e a defesa de todos os seus servidores.

Ocorre, porém, que a partir de 1964, ora a título de resguardar o princípio da autoridade, ora em nome de fatores econômicos, a PETROBRAS vem adotando providências prejudiciais às boas relações entre os seus dirigentes e os servidores, quer os técnicos quer os trabalhadores comuns. Rescisões de contratos se vêm operando de maneira sumária e em nome apenas do interesse da empresa. Não discutimos que a empresa pode, na forma da legislação vigente, dispensar funcionários em nome do seu interesse. Está na lei. Mas uma empresa como a PETROBRAS não pode proceder com o critério incerto e incorreto das empresas puramente privadas preocupadas, de modo preponderante, com o aumento de seus lucros. A par de ser uma organização industrial e, conseqüentemente, lucrativa, a PETROBRAS é um órgão do desenvolvimento econômico do País e não há de querer conquistá-lo, nem poderá fazê-lo, se perder o entusiasmo de seus próprios servidores, entre técnicos e trabalhadores comuns. Mas é o que a Empresa, agora vem praticando. Na região da Bahia, por exemplo, e para referir apenas fatos recentes, a Empresa tem rescindido, abruptamente, contrato de trabalho com geólogo, com engenheiro, com advogado, com funcionários outros de diferentes categorias. Ora o faz sem nenhuma divergência prévia conhecida, em outros momentos dispensa empregados em face de conflitos que deveriam ter solução natural perante a justiça do trabalho.

Em dias recentes, cerca de cinquenta e dois trabalhadores do terminal de Madre-Deus autorizaram o sindicato competente a pletear da Justiça do Trabalho a revisão de procedimento da empresa, que lhe havia negado a alimentação gratuita que há anos era mantida como procedimento normal, nas relações da empresa com os servidores daquela área de serviço.

Hoje, acusam os trabalhadores e seu sindicato que os dirigentes da Petrobras exerceram coação sobre os

trabalhadores, a fim de que desistissem da reclamação feita à Justiça do Trabalho. E, segundo é no írio, dos 52, 44 desistiram com receio de perder o empr.gó. Oito desses empregados mantiveram-se firmes na defesa do que consideram seu direito, perante a Justiça do Trabalho. Foram vitoriosos, mas logo em seguida, tiveram seu contrato rescindido em nome do interesse da empresa. Desse ano, também, é do nosso conhecimento a demissão de um advogado para muitos já considerado estável. E, segundo notícia corrente, a empresa já lhe pagou vultosa indenização, o que significa reconhecimento de que não havia justa causa para a rescisão do contrato.

Sabe-se também de geólogo que foi, há pouco, exonerado sumariamente, em nome do interesse da empresa, quando se tratava, no entanto, de funcionário que esteve na América do Norte com bolsa-de-estudo para curso de aperfeiçoamento.

Senhores Senadores a Petrobras perderá as condições de exercer, de desenvolver e de prestigiar o monopólio se permanecer nesse caminho de injustiça com seus próprios servidores. A irritação, para não dizer a revolta, com esse procedimento está criando em setores da empresa e de tal gravidade que não há sequer quem não comente que esse comportamento de determinados dirigentes visa na verdade, a desprestigiar o monopólio, servindo, assim, aos propósitos de destruição da empresa manifestamente explorados por figuras de prestígio econômico e intelectual do País.

A Petrobras há de rever o seu comportamento. E o que esperamos nós outros, os que lhe devemos o prestígio de órgão de execução do monopólio.

Antes de ocupar esta tribuna tivemos o cuidado, há muitos dias passados, de pedir a atenção para o problema do nobre Senador Daniel Krieger, como Líder do Governo nesta Casa, solicitando-lhe que levasse o justo reclamo dos trabalhadores, e a preocupação dos defensores do monopólio estatal do petróleo, aos órgãos superiores do Governo. Até o momento, entretanto, não há sinal de mudança no comportamento de determinados órgãos da direção da Petrobras. E, para ser isento, rigorosamente isento, não quero generalizar a crítica a toda direção da Petrobras. Entre os atuais dirigentes da empresa há velhos e eficientes servidores dela, inclusive técnicos qualificados que, por certo, num instante crucial, não de interpor sua autoridade e seu prestígio para que se retome a um caminho de tratamento equitativo e cordial entre dirigentes e dirigidos na empresa.

Não poderá ser outra a orientação a adotar-se, particularmente — insista-se — num instante em que de vários flancos pretendem abrir fendas na estrutura do monopólio estatal do petróleo.

Se querem ser corretos e atentos, os dirigentes da empresa não de adverter-se desta particularidade e não de verificar que a ampliação de dissidências entre os órgãos que superintendem a empresa e seus servidores não servem ao monopólio, antes, o desservem, enfraquecendo, contrariamente aos interesses do País.

Esta expectativa, Sr. Presidente, é que manifestamos neste instante, não só em nome dos que defendem, fora da Petrobras, o monopólio estatal do petróleo, como refletindo o pensamento de técnicos e trabalhadores comuns daquela organização que estão sujeitos a tratamento injusto e sumamente prejudicial ao desenvolvimento industrial e comercial da empresa.

O Sr. Lino de Mattos — As autoridades governamentais, no meu entendimento, não podem deixar de

conhecer o pronunciamento altamente transcendental de V. Exa., em defesa da Petrobras. Os responsáveis pela direção e pela vida da Petrobras precisam fazer provas, concretas de que não estão contribuindo para desmoralizar a Petrobras, face à opinião pública. Tenho para mim, por exemplo, como de muita gravidade, a exoneração de um geólogo, como acentuou V. Exa., com um curso de aperfeiçoamento nos Estados Unidos, feito através de bolsas de estudo, o que demonstra a sua alta capacidade. Este geólogo é exonerado pela Petrobras no instante em que a opinião pública brasileira revela maior interesse pela extensão da pesquisa que deve abranger a Amazônia. Não há brasileiro que deixe de formular a pergunta para saber qual a razão por que a Bolívia, na zona da Amazônia — que alcança também a Bolívia — segundo as pesquisas ali realizadas tem petróleo em grande quantidade. Por que razão, no Peru, onde por sinal, está nascente, onde se forma o Amazonas, também há petróleo e só na Amazônia brasileira ele não é encontrado? Não é encontrado por falta de geólogos por falta de providências da Petrobras. E é nesta hora em que esperamos vá a Petrobras buscar petróleo na Amazônia brasileira — porque se existe petróleo na Amazônia do Peru, na Amazônia da Bolívia, não poderá existir na Amazônia brasileira — que a Petrobras exonera, põe na rua, um funcionário que, conforme V. Exa. anunciou, é extremamente dedicado ao trabalho e da mais alta eficiência.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Como agora mesmo assinalou o nobre Senador Lino de Mattos, as autoridades não se poderão eximir de responsabilidade, diante desses fatos, e nem se entende que eles ocorram no momento em que todos reclamam a ampliação da área de atividades da Petrobras.

E' possível se declare que várias das rescisões operadas, e outras que possam sobrevir, decorrem de número excessivo de funcionários na empresa. Entretanto, não sabemos se ocorre essa circunstância. Mas, ainda que verdadeiras fossem, por elas, evidentemente, não respondem os operários e técnicos se foram admitidos e se trabalharam e muitos até trabalharam a ponto de conquistar ou quase conquistar, a estabilidade, justificativa não se encontra para rescisões súbitas das relações de emprego.

A empresa poderá superar possíveis irregularidades, mediante melhor distribuição do seu pessoal, ou realizando nas suas atividades o que faz o Poder Público, isto é considerando excedentes determinados cargos, que se extinguem com a morte ou o afastamento dos atuais titulares.

Numa fase de notícias dificuldades de vida para os assalariados em geral, uma empresa como a Petrobras não pode nem deve utilizar-se desses artifícios para negar trabalho a brasileiros aptos, negando-lhes, momentaneamente, as próprias condições de subsistência normal.

O Sr. Lino de Mattos — Não acredito que a Petrobras esteja com excesso de trabalhador. Trata-se de uma empresa que, pelos relatórios que apresenta, pelos dados que conhecemos, está em desenvolvimento. Logo, se está em desenvolvimento, ela precisa sim, de mais trabalhadores e nunca de dispensar aqueles que lhe estão prestando serviços. Senador Josaphat Marinho está se verificando aquela hipótese de um trabalho para desmoralizar a Petrobras.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Também não admitimos, nobre Senador, que haja excesso, mas invocamos a possível arguição para negar, de qualquer modo, segurança ou correção ao atual procedimento da empresa.

O Sr. Leandro Maciel — Permite V. Exa. (Assentimento do orador) — V. Exa. tem razão quanto estranha que a Petrobras dispense seus funcionários, seus operários, como excedentes. O que é necessário e que se torna indispensável, é que a Petrobras amplie a sua área de trabalho, que a Petrobras procure, o quanto antes, dar o óleo necessário à demanda nacional. Se a Petrobras ampliasse a sua área de trabalho com os lucros que diz, todos os anos, apresentar nos seus orçamentos, não teria excedentes. Mas o que há de menos é trabalho. O que a Petrobras precisa fazer, quanto antes, é ampliar a sua área de exploração do petróleo, que nós todos reclamamos. É o tempo de a empresa dar ao Brasil o óleo necessário à sua demanda.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Não diremos como V. Exa., nobre Senador Leandro Maciel, que o que há de menos é trabalho. É possível que haja deficiências, mas concordo com V. Exa. em que o essencial é ampliar a área de ação da empresa. É possível não é fazê-lo demitindo empregados especializados, ou já experimentados no serviço da empresa, sem justa causa.

Vê-se, por exemplo, que além do geólogo, a que já me referi e do engenheiro também recentemente exonerado entre aqueles oito trabalhadores que, vitoriosos na Justiça, tiveram seus contratos rescindidos, estão alguns altamente treinados e credenciados nas atividades da empresa, inclusive operários especializados, que a empresa não poderá formar de um momento para outro, se suas atividades se multiplicarem. Cresce, Sr. Presidente, a gravidade das observações que estamos fazendo quanto, ao que temos conhecimento, a produção está diminuindo na região da Bahia, em 1968. Não queremos avançar afirmativa categórica, mas deixamos a observação, como fator de análise, se se verificar a redução. Se por ventura, essa redução de produção do óleo bruto apurar-se, não se há de negar que uma parcela de responsabilidade decorrerá, para os dirigentes, das rescisões intempestivas e injustas de relações de empregos com funcionários capazes da empresa.

Esses são os fatos que comentamos, incluindo questão de assinalar que deles tratamos em defesa do monopólio e para que as forças de destruição que estão por aí, prestigiadas por parcelas do mundo econômico privado, não encontrem meios e condições de fulminar o monopólio estatal do petróleo. O que nos importa, a nós brasileiros, é o prestígio do monopólio, resguardado, de certo, o tratamento justo e adequado aos servidores da empresa. (Muito bem! Palmas.)

C SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente Srs. Senadores, tratamos, desta tribuna, há algum tempo, do problema da aviação comercial brasileira.

Recebemos, de interessados, provas de contentamento pela maneira como o assunto foi abordado. Até mesmo do Sindicato Nacional dos Aeronautas recebemos o necessário incentivo para continuarmos na luta a favor da segurança daqueles que usam da aviação para se transportarem de um para outro lugar.

Jornais de grande porte, de grande projeção se vêm preocupando com esse problema. O Departamento de Pesquisa do "Jornal do Brasil" apresentou dados que nos preocupam, sobre a perigosa aviação brasileira.

Eu não sabia — tenho a impressão de que a maioria do povo brasileiro não o sabe — que, só no ano



de 1967, houve, neste País, cerca de 300 desastres aéreos; quase duzentas pessoas pereceram; não sabemos do número de feridos.

São dados que nos devem impressionar. Os estudiosos da matéria fazem perguntas e tentam respondê-las convenientemente. Por que caem tantos aviões no Brasil? Por que há tantos desastres aéreos? Seria incompetência dos nossos pilotos? Não, respondem de logo. São considerados como os melhores, entre os melhores do mundo. Todos os países, cujos quase todos aqueles que possuem aviação comercial poderosa procuram e aceitam, de bom grado, o piloto brasileiro porque é habil, é inteligente, enfrenta as dificuldades com valor, com coragem, é de sangue-frio nas dificuldades.

Os números alinhados pelo Departamento de Pesquisas do "Jornal do Brasil" foram fornecidos pelo próprio Ministério da Aeronáutica.

Não negamos — porque ninguém desconhece o fato que os desastres aéreos não são propriedade particular do Brasil. Em toda parte aviões comerciais caem, ceifando vítimas, destruindo os seus tripulantes.

Mas, então, que vem acontecendo em nosso País?

No caso das empresas que operam com táxis-aéreos, o problema é de gravidade excepcional, porque o jornal que cito apresenta como uma das causas principais o desrespeito às regras de segurança de voo.

O índice de acidentes aéreos é muito maior com os aviões que pertencem a essas empresas de táxis-aéreos. As estatísticas que o jornal revela dão que só uma delas, textualmente, "perdeu, nos últimos dois anos, 2/3 dos seus aviões". Duas terças partes dos aviões da empresa a que se refere o jornal, perderam-se.

E o que é mais importante, é que quase todos os desastres, depois de apuradas as causas, poderiam ter sido evitados. Procedidos os inquéritos, feitos os estudos, a conclusão foi aquela a que me referi, a maior parte dos desastres poderiam ter sido evitados.

Uma das causas apresentadas: excesso de peso transportado pelos aviões que caíram.

Uma outra causa apontada pelos investigadores está no homem, no piloto é de 46,2%. Então, o jornal faz referência a uma frase, que existe no Ministério da Aeronáutica, subordinada ao seguinte título: "Num avião a peça mais fraca é o homem".

E às perguntas feitas — Se o homem é culpado, por que ele é culpado? Não é competente, não está capacitado para dirigir um avião — vem desde logo a resposta (textualmente): "A maioria dos acidentes ocorrem com pilotos cansados e sobrecarregados de tarefas. A fadiga, a intensidade das tarefas e o desajustamento entre a motivação psicológica e o trabalho realizado fazem com que o piloto experiente falhe onde nunca falhou".

Veja por outra lamos: "No desastre que levou à morte dezenas de passageiros, o piloto era um ás de aviação", possuía, muitas vezes, verdadeiro record nas horas de voo que havia realizado.

A fadiga, o cansaço, o excesso de trabalho, o desejo de muitas empresas de ganharem mais, mesmo com sacrifício da tripulação e dos passageiros.

Se formos verificar os ganhos dos pilotos, dos tripulantes dos nossos aviões comerciais, das nossas companhias de aviação comercial, ficaremos realmente espantados.

Não há ser humano que arrisque a sua vida tanto como o avião, tanto quanto os tripulantes de um avião comercial.

Quando viajo e olho para a tripulação de um avião comercial, sinto um respeito instintivo por aquele grupo que é responsável direto pela segurança dos passageiros.

O Sr. Alvaro Maia — V. Ex.<sup>a</sup> permite-me um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Com muito prazer.

O Sr. Alvaro Maia — Quero dar meu testemunho às palavras vibrantes, e entusiasmadas e de análise profunda que V. Ex.<sup>a</sup> está realizando a propósito do trabalho, do heroísmo dos nossos aviadores, dos comandantes, enfim, de todos aqueles que compõem a tripulação de um avião. Devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que tenho mais ou menos seis mil horas de voo, grande parte no Vale Amazônico. O heroísmo do aviador na Amazônia, principalmente na Amazônia Ocidental, constitui um capítulo da História daquele povo. Aviões velhos, usados durante a guerra, pousando aqui e ali, furando as tempestades, vencendo distâncias enormes, muitas vezes, para prestar socorro a um ferido ou para levar medicamentos a missões religiosas. E esses aviadores jamais recuaram, vararam aqueles territórios imensos de um lado para outro sem aeroportos seguros, sem bases seguras para a aviação, e eles nunca vacilaram. Há pouco tempo, tive oportunidade de ir ao Alto Madeira e o avião de um Catalina velho, vamos dizer, teve comunicação, recebeu aviso de que em Humaitá se encontrava ferido um seringueiro, em consequência de tiro disparado em uma canoa, em estado agônico. Porque lá não havia médico, embora existia um Hospital onde trabalhavam com grande devotamento as Irmãs Salesianas. Esse avião, num avião usado, sem segurança, onde eu também viajava, rasgou aquele nevoeiro do Alto Madeira, furou aquelas tempestades e a falta de visibilidade e pousou no campo de Humaitá, trazendo o ferido — um seringueiro amazonense, um seringueiro brasileiro — para o Hospital de Manaus. Leve modéstia o Sr. Senador, que V. Ex.<sup>a</sup> está preferindo verdades que nos devemos conhecer. E mais, eu tive a honra de ser o supervisor da produção da borracha, na última guerra. Ainda aqui, de um lado para outro, em aviões americanos, aviões de guerra, aviões seguros. E muitos desses aviões, passados tantos anos de guerra, estavam sendo utilizados pelos aviadores brasileiros. Isto, para dizer a V. Ex.<sup>a</sup> seguinte: Que os nossos aviadores são grandes aeronautas. Nos devemos, na História do Amazonas, e do Brasil, um capítulo especial a esses heróis. V. Ex.<sup>a</sup> está preferindo, aí, uma aula magistral sobre o que valem esses homens na nossa História, principalmente na História do Amazonas.

O SR. AURELIO VIANNA — Agradeço o testemunho de V. Ex.<sup>a</sup> Senador Alvaro Maia, que é veraz revela uma situação de fato, e também o quanto o Brasil moderno deve a esses pioneiros, a esses heróis do ar. Conviém abriremos um parêntese para fixarmos o papel daqueles homens que, por iniciativa própria, fundaram empresas neste País para, encurtando as distâncias, fixarem as fronteiras naturais do Brasil em termos efetivos e seguros.

As rotas aéreas estão aí, revelando o quanto aqueles que se preocupam com a aviação comercial do Brasil fizeram para a manutenção da integridade territorial do Brasil.

O avião está para o Brasil de hoje como os bandeirantes para o Brasil d'antanho: a coragem, a mesma; o despreendimento, o mesmo; o desejo de conquista, o mesmo, de fixação da alma nacional — sem dúvida, o objetivo comum.

Pouco tem feito o Estado brasileiro pela aviação. Não vamos discutir as causas. Quase todos os empreendimentos são fruto de iniciativa privada, e o que se vê é aquilo que nos revela, agora, o Senador Alvaro Maia, do Estado do Amazonas aviões que serviram na última guerra ainda hoje estão sendo tripulados e conduzindo passageiros na grande Amazônia.

Sr. Presidente, os dados que tenho em mãos revelam-nos, também, que,

só no ano de 1966, as empresas aéreas brasileiras tiveram um prejuízo de 9 milhões de cruzeiros novos. Verifica-se que o Estado do Brasil não tem prestado a ajuda necessária às empresas que vem operando.

Trivemos a banair do Brasil que desapareceu. Hoje, levando a bandeira da nossa Patria por outras terras, temos a Varig.

O Brasil não esquece, quando se fala na VARIG, do nome de um ser extraordinário, de um homem que tinha uma capacidade de trabalho impressionante e vastíssima cultura, e não conhecia, apenas, os problemas da aviação comercial. Era profundo conhecedor dos problemas econômicos do Brasil, inclusive, aquelas dificuldades que tinham respeito a alimentação humana, referentes às proteínas vegetais e animais. Todos já sabem que eu não te repus nada.

Se tivesse vivo, colaria, hoje, manifestando a sua profunda alegria, por ver a sua vontade ceder ao Japão, realizando aquele sonho, que era uma das suas grandes aspirações: ver uma empresa brasileira chegar ao outro lado do mundo, ao Japão, cinquenta, levando e trazendo passageiros.

Mas, Sr. Presidente, voltemos a esta realidade.

Os tripulantes das nossas aeronaves deveriam trabalhar, por mês, 60 horas, pois este tempo e que representa o limite, segundo os dados que possuo, de segurança para um piloto e, consequentemente, para os passageiros da aeronave.

No Brasil, por estes dados que tenho em mãos, o piloto da aviação comercial brasileira, geralmente, vai as 100 horas por mês, ultrapassando, de muito, aquele limite que o organismo humano seria capaz de suportar.

A impressão que se pode ter é de que este assunto que nos estamos ventilando, no Senado, é de pouca importância. Mas, quando nos saímos que se tornou comum, hoje, a viagem aérea e que os brasileiros, somos forçados, em virtude da grande extensão territorial de nosso País, somos forçados a viajar, sempre, para ar, verificamos que o assunto é de grande importância e um Parlamento responsável não poderia, não deveria ignorá-lo.

O estudo também nos faz — e aqui vamos terminar — na existência textualmente de uma linha na segurança aérea brasileira, que está na organização das rotas. E, então, cita o exemplo da rota, da linha Cuiabá-Manaus. Os aviões dessa linha percorrem mais de mil quilômetros, sem qualquer proteção de terra. É a mesma coisa que impressiona um avião percorrer mais de mil quilômetros, sem qualquer proteção. Seria inconcebível que isso acontecesse em países da Europa, na América, seria inconcebível. Até em muitos países da Ásia, principalmente, no Japão, não acontece.

Pois, no Brasil esse fato é verdadeiro e o risco que tripulantes, passageiros e aviadores correm, é algo de impressionante.

Só um povo de muita coragem ousa, como o russo, em fazer viagens tão longas sem a necessária segurança.

Talvez se diga é porque desconhece a realidade. Não é tanto assim. Cada vez se usa mais no Brasil o avião. Assim, o Congresso Nacional deve mobilizar-se, clamando, exigindo medidas que se traduzam em segurança efetiva para aqueles que usa o transporte aéreo como o meio mais fácil e mais necessário às articulações que todos desejam.

Sr. Presidente, termino estas palavras que vão abrir perspectivas para os debates que, naturalmente, vão surgir em torno do assunto, tendo este período:

"Poucos países do mundo possuem as vastas extensões inex-

placadas do Brasil. Como o nosso tráfego aéreo é intenso e como o problema da segurança aérea ainda não está devidamente equacionado, só a habilidade dos pilotos tem impedido, até hoje, que o Brasil seja um país de grandes desastres aéreos."

Mesmo assim, Srs. Senadores, repito, para que não esqueçamos: só no ano de 1967, cerca de trezentos aviões caíram. Houve cerca de trezentos desastres aéreos. E isto não se deve à imperícia do nosso aviador, dos nossos pilotos.

Há necessidade, portanto, de que no próximo Orçamento da República, haja mais verbas para que os ministérios competentes possam ajudar a termos a segurança de voo que é necessária para a garantia das nossas vidas, das vidas dos brasileiros, que têm necessidade e usam, cada vez mais, os aviões para o seu transporte. Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Senador Mário Martins.

C SR. MARIO MARTINS:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente Srs. Senadores, está a Imprensa brasileira vivendo, neste momento uma das datas mais gratas. É que se registra, neste dia, o 38º aniversário de um dos jornais mais valiosos do nosso País, que é o "Diário de Notícias", da Guanabara. Nascido precisamente numa ocasião em que o Brasil estava sob intensa revolta para acabar com as cilgarguias políticas para fazer com que a Nação pudesse ganhar novos rumos, mais atualizados, capazes de nos levar a um progresso mais acelerado e a um respeito aos direitos humanos mais acendidos, por que surgiu o "Diário de Notícias", sob a direção do saudoso jornalista Orlando Dantas, que marcou a Imprensa brasileira, com a sua personalidade. Desprezado e bravo, ao mesmo tempo e de absolutas mãos limpas. Fez um jornal que, durante muito tempo, era aquele de maior difusão, porque, se preocupava, prioritariamente, com os que tinham sede de justiça, bandeira essa que ainda conserva, até hoje, e vem sendo defendida pelo seu filho, jornalista João Dantas.

De modo que nós, não apenas os caríacos, mas todos os brasileiros, quando vemos transcorrer uma data que marca um feito — porque todos sabemos, mo é difícil fazer jornal, como é difícil mais ainda manter, numa boa linha, um jornal, durante tanto tempo — não podemos deixar de trazer nossa palavra de reconhecimento ao grupo que mantém as mesmas características jornalísticas do que organizou, fundou o "Diário de Notícias", sob a direção de Orlando Dantas.

Dificilmente, Sr. Presidente — V. Ex.<sup>a</sup> como Senador carioca sabe disso — o "Diário de Notícias" deixa de estar presente numa causa justa, ainda que tenha que incorrer em graves riscos, ainda que venha a ser sitiado pelas máquinas de coação econômica, ainda que venha a ser enfrentado pelos agentes da violência, como atestam os seus dias de luta para manter a honra, o panache do jornal.

O Sr. Aurélio Vianna — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. MARIO MARTINS — Com muita honra.

O Sr. Aurélio Vianna — Eu tive a grande satisfação de, moço ainda, ter conhecido o fundador do "Diário de Notícias". Causou-me uma impressão tão grande que ainda perdura. Ele amava e defendia a justiça, foi um paladino, na defesa das liberdades do homem e do cidadão, o que implica em dizer das liberdades democráticas. Era um cultor do Direito. Incentivava os jovens, criou um grupo que se dedicava à mesma cau-

sa que ele defendia, com tanto entusiasmo. Exa., Senador Mário Martins, não fala apenas em seu nome, na verdade está falando em nome dos seus colegas da Guanabara, em nome do MDB em nome de todo o Senado Federal. Presta V. Exa., em seu e nosso nome, esta justíssima homenagem a esse jornal que nós desejamos continuar desempenhando as mesmas coisas, com o mesmo entusiasmo com que as defendeu o seu criador Orlando Dantas.

O Sr. Lino de Mattos — V. Exa. me permite? (Assentimento do orador) — Fico muito honrado com as palavras de V. Exa. Estou plenamente de acordo com o nobre Senador Aurélio Vianna, sobre Líder desta Casa ao afirmar que V. Exa., ao prestar homenagem justa ao "Diário de Notícias", pela passagem de mais um seu aniversário, o faz em nome do Senado Federal. Quero acrescentar, com toda ênfase, que a representação de São Paulo, na minha pessoa, sente-se, extremamente honrada em ter em V. Exa. um representante de nossos sentimentos no preito justíssimo que V. Exa. está prestando ao jornal, ao seu fundador e à sua família.

O SR. MARIO MARTINS — Fico muito grato às palavras de V. Exa., bem como às pronunciadas pelo nobre Senador Aurélio Vianna, distinguindo-me com a incumbência de não falar, unicamente, em meu nome pessoal, mas em nome desses dois Colegas, em nome do MDB. Acredito, também, que posso interpretar, de certo modo, o sentimento do Senado.

O que há talvez de importante a destacar, cima da bravura de Orlando Dantas, do seu patriotismo, do seu devotamento à Nação, é, precisamente, o lembrado pelo nobre Senador Aurélio Vianna, o interesse que ele tinha em recorrer os melhores para formarem com ele sem ter medo do talento de nenhum profissional, sem ter desconfianças, sem passar sob sua lente os olhos de seus colaboradores. Era um homem que acreditava no valor à imprensa. Escolhia seus companheiros, com eles comungava e com eles se dispunha a todos os sacrifícios.

Vemos que seus sucessores, especialmente o jornalista João Dantas, em nenhum instante, se divorciaram desse princípio, vivendo uma época em que a vida do jornal significava uma competição direta, terrível, com os outros meios de comunicação, como o rádio e, principalmente, a televisão; época em que os parques gráficos têm de ser renovados, atualizados, par corra o progresso da imprensa em toda a parte. Imaginemos que sacrifícios a família Orlando Dantas teve de enfrentar para manter o jornal da mesma linha do seu fundador, com que sacrifícios teve de se defrontar diariamente, para não negar a obra que lhe veio às mãos.

A cidade acompanha, dia a dia, a luta deste grupo. E vemos, pelo aparte do Senador Lino de Mattos, que não é só a cidade, é o Brasil, porque em São Paulo também há repercussão das campanhas do "Diário de Notícias", da febre sagrada em que se envolve quando luta por uma causa; da contribuição que o jornal, diariamente, dá a favor de uma melhor distribuição de justiça e de maior respeito pela dignidade humana, enfrentando aqueles que volta e meia, não abusam da autoridade do cargo ultrapassam os limites de presunção legítima e legal.

O "Diário de Notícias" é, na verdade, ao lado de alguns outros jornais brasileiros, aquele que diariamente leva à consciência de cada cidadão a presença de que o povo não está abandonado, de que o povo não está relegado a segundo plano nessas horas de tanta preocupação nacional.

De modo que, em nome de meus companheiros e no meu próprio, quero

apresentar à direção do "Diário de Notícias" aos seus redatores e a seus trabalhadores das oficinas a nossa solidariedade e nossos votos de felicidade, ao mesmo tempo desejando que por muito tempo, continue aquele bravo jornal na mesma linha com que tem honrado a imprensa do Brasil. (Muito bem! Palmas.)

#### O SR. ALBERTO MARINHO:

(Sem revisão do orador) — A vida de um grande jornal, de tão fulgurantes traqueços como o *Diário de Notícias*, sempre presente em todas as nobres campanhas que empolgam a alma popular identifica-se com a do país a que ele serve.

A nação inteira conhece a aspe-  
reza das lutas em que se empenha o *Diário de Notícias*, pelo aprimoramento dos nossos costumes políticos e pela preservação de uma imprensa verdadeiramente livre e democrática no Brasil. Desses pugnas notáveis saiu cada vez mais presagado, venço acrescia a sua força sobre a opinião esclarecida do país, convicto este de que a única força propulsora daquela inextinguível pugnacidade é o ideal de bem servir às grandes causas da nacionalidade.

Somos testemunhas da ressonância e da compreensão que encontra na consciência coletiva, o esforço tenaz e continuando com que ele cumpre a sua alta missão cultural e social a serviço do povo brasileiro e das suas legítimas aspirações de desenvolvimento econômico e bem-estar social. Assim, o respeito e a admiração que envolvem o *Diário de Notícias* não se confinam às elites, às classes dirigentes, mas se traduzem também na constância e na fidelidade com que o acompanha o sentimento popular.

Volto-me, neste instante, para a figura singular de Orlando Dantas, pelo mérito realmente digno de ser enaltecido, de haver criado e consolidado uma grande tribuna do pensamento livre, que, no meio das rudes tormentas que teve de enfrentar foi sempre reflexo da rigidez, da tempera e da altivez de caráter do seu fundador, que tanto honrou a nossa imprensa com o seu extraordinário exemplo de combatividade e desassombro.

Com estas palavras saúdo as figuras ilustres de seus dignos sucessores D. Ondina Portella Ribeiro Dantas e Embaixador João Dantas e a todos os seus valorosos colaboradores de direção, redação e oficinas, verdadeira elite formada por nomes destacados da vida intelectual da Nação e profissional de alto gabarito, que fazem da impercível obra de Orlando Dantas um dos mais lúditos motivos de orgulho do povo brasileiro e, em especial da esclarecida população da cidade do Rio de Janeiro, Capital cultural e política da Nação. (Muito bem! Muito bem!)

(Guido Mondin — Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos.)

#### O SR. LINO DE MATTOS:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, estou convencido de que a fiscalização dos atos governamentais constitui uma das maneiras mais eficientes de a Oposição exercer suas atribuições parlamentares.

Esta a razão pela qual, praticamente em todas as sessões, encaminho alguns requerimentos solicitando informações dos diversos Ministérios que constituem o Governo da República.

No meu entedimento o requerimento de informações é a maneira prática de forçar a autoridade governamental a prestar contas ao povo, através de seus representantes dos atos que estão sendo praticados.

Assim, por exemplo, na sessão de hoje, encaminhei alguns requerimentos solicitando informações. Entre eles quero destacar — e esta a razão de eu estar ocupando a tribuna um que me parece envolver matéria de importância transcendental.

Frizo, Sr. Presidente, que o requerimento não constitui uma acusação mas sim uma investigação, uma pergunta ou várias perguntas. Nessas condições, as autoridades governamentais não devem entender, a priori, como se tratasse de uma acusação por atos que estão sendo praticados e que parecem irregulares, e partir de quem tem a responsabilidade de um mandato de Senador Federal, representante de um Estado da Federação.

O requerimento é uma fórmula que a Oposição usa para saber de uma autoridade governamental até onde procedem acusações, as vezes formuladas pela imprensa, outras vezes dadas ao conhecimento do parlamentar através de pessoas credenciadas. No caso em exame, quero referir-me a requerimento que encaminhei através da Mesa na pessoa de V. Exa., nobre Presidente Gilberto Marinho, ao Ministro da Fazenda Professor Delfim Netto, o qual consiste em várias perguntas. A primeira está assim formulada:

1º Quais as providências que estão sendo tomadas por esse Ministério diante das graves denúncias veiculadas pelo "Diário de São Paulo", de 11 do mês em curso segundo as quais escandalosa fraude está sendo feita contra a Petrobras, através do porto de Santos, lesando o patrimônio nacional em milhões de dólares com o contrabando de gasolina, que está sendo importada como se fosse petróleo cru, em navios da própria FRONAPE, subsidiária da Petrobras?

Como se vê, essa primeira pergunta envolve, realmente, uma acusação imprecisante porque o órgão da imprensa, com a sua responsabilidade, informa que navios pertencentes a "PETROBRAS" estão atracando no Porto de Santos dando como carregamento gasolina, quando na realidade esses navios estarão transportando óleo cru.

A segunda pergunta procura, então, saber das providências. E está concebida nesses termos:

2º Que medidas tomaram as autoridades alfandegárias do Porto de Santos a respeito do processo nº 2.341-68 da Alfândega daquela cidade, que autorizou o desembarque de uma carga, num total de 21.186,195 quilos, procedente da Venezuela, pelo navio petroleiro — "Washington Luiz" e consignada às Indústrias Matarazzo?

Conforme se vê da pergunta, há referência clara ao número de um processo referente ao desembarque de um volume imenso de carga, da ordem de 22 milhões de quilos e destinada a uma firma industrial de São Paulo.

A terceira pergunta está assim redigida:

3º Em face das denúncias feitas pelos fiscais da Alfândega de Santos, que medidas punitivas foram aplicadas contra os infratores?

A quarta pergunta é nos seguintes termos:

4º Qual a estimativa dos prejuízos sofridos pela PETROBRAS com a referida fraude fiscal considerada pelo referido órgão de imprensa paulista como "o crime do século", em face de suas proporções e repercussões sobre o interesse nacional?

Estou veiculando afirmações de um órgão da imprensa da mais alta categoria, e que qualifica o crime praticado e referido acima, na pergunta, como o crime do século no campo econômico e financeiro.

Eis a 5ª pergunta:

5º Quais as providências tomadas por esse Ministério diante de

denúncias da existência de uma "gang" internacional mancomunada com brasileiros, "para encobrir que estamos com boa quantidade de gasolina em estoque, quando, na verdade, não estamos importando?"

Importando, como se verificou da primeira pergunta, de maneira clandestina, porque contrabandeada.

Navios que, através da declaração oficial junto à Alfândega, afirmam que estão conduzindo óleo cru para uso da PETROBRAS, através de suas usinas de refinaria, quando, na realidade, segundo a denúncia, não sou eu quem formulei a acusação, faço questão de frisar bem — trata-se de navios que estão trazendo gasolina e não óleo cru.

Sexta pergunta:

6º Que providências tomou esse Ministério acerca da denúncia segundo a qual o Inspetor da Alfândega mantém engavetamento e processo sobre o citado contrabando?

E, precisamente, sétima e última pergunta:

7º Propuseram as autoridades fiscais desse Ministério alguma providência legal para apurar a responsabilidade dos autores da citada fraude?

Mas, Sr. Presidente, no Expediente de hoje, encaminhei outros requerimentos.

São diversos. Não vou tomar a atenção de V. Exa., Sr. Presidente, e a Casa para a sua repetição, mesmo porque foram lidos pelo Sr. 1º Secretário. Mas para fixar bem e procurar justificar o meu comportamento parlamentar, porquanto, via de regra, a imprensa não toma conhecimento das proposições. Os jornais, amanhã, não dirão quando aos requerimentos de informações apresentados, apenas o parlamentar é salvo perante a opinião daqueles que repetem, por intermédio dos escassos dez minutos de que dispõe na "Voz do Brasil", quando esses requerimentos fazem uma referência muito rápida, na verdade mas, de qualquer maneira, há sobre eles uma referência.

A preocupação que demonstro não se cinge, exclusivamente, a esses casos que podem, de certo modo, ser interpretados como de interesse opcionista, porque são casos que comprometem o Governo que combatemos.

Há, também, requerimentos cujo objetivo é mais de colaborar, porque nem sempre a autoridade governamental pode conhecer tudo que se verifica na República. A autoridade governamental não é onipotente, não é onisciente.

Há, por exemplo, um requerimento de outra natureza. Há uma situação de grande dificuldade no Estado paulista, comprometendo o trabalho dos lavradores que se dedicam à plantação da algodão.

Esses lavradores estão abandonados. O produto não tem valor. As máquinas compradoras recebem-no sem estabelecer preços. Quando convém ao comprador vender, ele o faz e paga ao lavrador o que bem lhe aprouver.

O requerimento a que me refiro é dirigido ao Ministro da Agricultura que, por ser da agricultura, deve estar acompanhando o problema da plantação de algodão. Não sei se acompanha. Há elementos, do partido do Governo, da ARENA, como é o caso, por exemplo, do nobre Senador Vasconcelos Torres, que afirmam sem rebuços, que o Ministro da Agricultura entende de tudo, menos de agricultura. Está aí, registrado nos Anais da Casa, não sou eu quem o afirma. Mas, de qualquer maneira, ele é o Ministro e o Senador que quer colaborar — no caso é uma colaboração — se dirige a S. Exa. para perguntar:

1º Quais as providências que estão sendo tomadas por esse Mi-

Ministério para minorar a grave crise que enfrenta, no momento, a colonicultura do Oeste do Estado de São Paulo?

2º Quais as medidas tomadas por esse Ministério tendentes a afastar os obstáculos que vêm entrando os cotonicultores daquela região, para a colocação do seu produto?

3º Quais as providências que estão sendo adotadas pelas autoridades desse Ministério diante das reivindicações apresentadas pelo Sindicato dos Maquinistas de Algodão do Estado de São Paulo?

Conforme disse, é uma espécie de colonização e o Ministério, através do órgão próprio, irá conhecer as dificuldades com que luta a classe de plantadores de algodão, que precisa ser amparada.

Os maquinistas que preparam o algodão para a venda também estão reclamando. Daí o produtor, o intermediário, o maquinista, enfim, a classe toda clamar por providências.

Embora, nesta Casa, eu represente o Estado de São Paulo e, portanto, a minha obrigação, como parlamentar, deva limitar-se ao plano específico do meu Estado, não me furto, ainda como parlamentar que sou, a atender as reclamações de outras regiões que me chegam ao conhecimento. Aqui, em Brasília, reclamações com relação ao problema de residência pipocam em meu gabinete aos montes e não me posso furtar ao dever de defender os que reclamam.

Desde dias a esta parte, tenho encaminhado requerimentos à CODEBRAS, a responsável por esse setor. A minha preocupação não é formular acusações à CODEBRAS, mas chamar-lhe a atenção para funcionários que aguardam apartamentos, desde que vieram para Brasília, desde a sua inauguração há oito anos e que vêm, de um momento para outro, os apartamentos que lhe são destinados, apossados por outros elementos que não têm o mesmo direito. Esses servidores comparecem ao meu gabinete, e ao de outros colegas, e fazem a reclamação. Daí, a razão do meu requerimento de informações.

Há um outro problema para o qual chamo a atenção da Casa. É uma acusação muito séria, esta no setor de São Paulo de que determinada empresa de investimentos ligada a um determinado banco, está cobrando juros extorsivos daqueles que procuram a organização para tomar dinheiro emprestado.

Como tivemos ainda recentemente, o caso da Dominium que, este sim, considero o crime do século, porque atinge a cerca de 40 mil tomadores de suas ações e que hoje se vêm ameaçados de perder o dinheiro empregado. Tratava-se de uma organização para a qual estavam voltadas as nossas esperanças, porque fabricava o café solúvel, industrializando o produto principal do Brasil que é o café. Como diz o povo na sua sabedoria que "gato escaldado de água fria tem medo", convém Sr. Presidente, que as autoridades governamentais antes que aconteça o desastre, tomem providências. E é nesse sentido o requerimento de informações dirigido ao Sr. Ministro da Fazenda.

(Lê):

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Senhor Ministro da Fazenda, o seguinte pedido de informações:

Cabendo ao Banco Central fiscalizar o funcionamento dos estabelecimentos de crédito, quais as providências que estão sendo tomadas no sentido de apurar as irregularidades que vêm ocorrendo em todo o País, notadamente no Estado de São Paulo, consoante denúncia do "Diário de São Paulo", publicadas no dia 6 do

corrente, "com base nas informações de um grupo de industriais que exibiram comprovantes de pagamentos de juros na base de 15 por cento ao mês a uma empresa fantasma de investimentos da Capital de São Paulo, e que está estritamente ligada a um banco dessa nossa Capital?"

É uma palavra de alerta ao Banco Central para que investigue — ainda, nesta oportunidade, reafirmo não estou formulando acusação e sim chamando atenção —, por é possível que a denúncia não tenha procedência. O Sr. Ministro mandará investigar e da mesma maneira como hoje estou formulando a pergunta, não terei dúvida em ocupar a tribuna do Senado para dizer — espero — que a resposta veio esclarecendo que a denúncia não tem nenhum fundamento: não há empresa alguma emprestando dinheiro a quinze por cento ao mês.

Mas, Sr. Presidente, isto só será possível se as autoridades fazendárias procederem às investigações, antes que este crime se cometa, antes da repetição de um caso idêntico ao do Dominium e outros que têm surgido do tipo filipeia.

Assim, Sr. Presidente, espere que a imprensa tenha um entendimento mais realista quanto à importância e significado dos requerimentos de informação, maneira pela qual nós, oposicionistas, podemos fiscalizar os atos governamentais.

Era, Sr. Presidente, o que desejava dizer. (Muito bem!)

#### COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Adalberto Sena  
Oscar Passos  
Arthur Virgílio  
Milton Trindade  
Pedro Carneiro  
Lobão da Silveira  
Sebastião Archer  
Petronio Portela  
Pereira Diniz  
Pessoa de Queiroz  
Rui Palmeira  
Dylton Costa  
Eduardo Catalão  
Vasconcelos Torres  
Mário Martins  
Milton Campos  
Armando Sterni  
Filinto Müller  
Milton Menezes  
Antônio Carlos  
Atílio Fontana

#### O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Sobre a mesa requerimentos que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

#### Requerimento nº 714, de 1968

Sr. Presidente,

Requeiro, na forma regimental, sejam solicitadas ao Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil, através da Prefeitura do Distrito Federal, as seguintes informações:

- 1) Qual o prazo estipulado para a urbanização da Super Quadra 208 — Sul?
- 2) Qual a data da expedição do Edital de urbanização daquela Super Quadra? Juntar cópia do Edital.
- 3) Se a especificações daquele Edital foram integralmente cumpridas?
- 4) Qual o tipo de grama constante da concorrência relativa às aquisições para urbanização da Super Quadra 208 — Sul?
- 5) Qual o preço por metro quadrado, da grama estipulada na concorrência?
- 6) Qual o andamento da urbanização indagada e qual a data prevista para seu término?

Sala das Sessões, 12 de junho de 1968. — Adalberto Sena.

#### Requerimento nº 715, de 1968

Requeiro, na forma do Regimento, informe o Ministro da Agricultura sobre o seguinte:

- a) quantos armazéns-silos foram construídos pelo Ministério da Agricultura?
- b) em que Estados e em que cidades?
- c) em que anos a construção?
- d) quantos destes armazéns foram entregues à CIBRAZEM e em que anos?
- e) chegaram a funcionar quando ainda subordinados ao Ministério da Agricultura?
- f) para que foram construídos estes armazéns-silos pelo Ministério da Agricultura?
- g) qual a lei ou decreto que autorizou a entrega à CIBRAZEM?
- h) quais os termos do compromisso da CIBRAZEM para o funcionamento destes armazéns?

Brasília, 12 de junho de 1968. — Leandro Maciel.

#### Requerimento nº 716, de 1968

Requeiro à mesa que ouvido o plenário do Senado sejam pedidas ao Ministério das Minas e Energia as seguintes informações:

- a) Se a Companhia que tem por sigla COFERC tem concessão para explorar sais de potássio em Sergipe?
- b) se essa Companhia está autorizada a fazer quaisquer trabalhos de mineração;
- c) se o Departamento Nacional da Produção Mineral, autorizado que foi pelo Governo a realizar pesquisas de sais de potássio em Sergipe, já iniciou a pesquisa;
- d) se os estudos feitos pela PETROBRAS na região de Carmópolis sobre as ocorrências de potássio foram entregues ao Ministério das Minas e Energia ou se o foram a qualquer outra entidade.

#### Justificação

A imprensa hoje divulga notícia de que a COFERC, empresa de fertilizantes de Potássio de Sergipe, presidida pelo Almirante Otacílio Cunha comprará o controle acionário da Dominium de café solúvel. Desconhecemos a existência de qualquer concessão para exploração de potássio de Sergipe. Sabemos que o Governo autorizou o Ministério das Minas e Energia a pesquisar sais de Potássio em Sergipe e que fora assinado convênio entre o BNDE e esse Ministério para financiamento das despesas corresponsáveis. Sabemos também que a PETROBRAS S.A. possui estudos sobre o assunto precedidos na área de Carmópolis. Desconhecemos porém, a existência de quaisquer outros estudos resultantes de pesquisas feitas em Sergipe, de sais de potássio que possam servir de base a uma exploração dos mesmos, o que nos leva a indagar do Ministério das Minas e Energia se a COFERC tem concessão de exploração o que pressupõe pesquisa. — Senador José Rollemberg Leite

#### SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Os requerimentos lidos serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência. Está esgotada a hora do Expediente.

Vamos passar à

#### ORDEM DO DIA

##### Item 1.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1968 (nº 1.245-B-68, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que concede franquia postal às precatórias criminais (incluído em Ordem do Dia nos termos do parágrafo único do art. 270 do Regimento Interno), tendo parecer favorável, sob nº 490, de 1968, da Comissão de Finanças, com a emenda que oferece

sob nº 1-F e dependendo de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, sobre o projeto e a emenda de Plenário e de Finanças, sobre a emenda de Plenário.

A discussão deste Projeto foi encerrada na sessão ordinária de ontem, com a apresentação da Emenda nº 2, de Plenário.

Solicito, assim, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto e a Emenda de Plenário. Para tanto, dou a palavra ao Sr. Senador Carlos Lindemberg que é o Reator.

#### O SR. CARLOS LINDEMBERG:

(Para emitir parecer. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, designado para dar parecer sobre o Projeto 75, de autoria do Governo, em nome da Comissão de Constituição e Justiça passo a relatar.

Trata-se de proposição do Executivo que concede franquia postal às precatórias criminais expedidas pelos juizes para outras comarcas.

O Projeto visa a facilitar à Justiça o andamento de tais precatórias principalmente porque, em geral, nos Estados, os juizados não têm verbas suficientes para ocorrer às despesas de correio e outras postais prejudicando e demorando o andamento de tais precatórias.

É, portanto, medida de alta relevância. Em nome da Comissão de Constituição e Justiça, dou parecer favorável ao projeto.

A Comissão de Finanças apresentou a emenda nº 1 — CF que altera inclusive, a franquia postal para o serviço aéreo emenda que merece também parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

A Emenda nº 2, apresentada ontem pelo Sr. Senador Antônio Carlos, inclui as seguintes expressões:

Acrescente-se ao Artigo 1º a seguinte: "e a correspondência expedida pelos Conselhos Penitenciários Estaduais."

Trata-se de medida que vem completar o projeto do Governo. Assim, também dou parecer favorável à Emenda nº 2.

#### C. SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — O Sr. Senador Carlos Lindemberg tem a palavra para relatar também em nome da Comissão de Finanças.

#### O SR. CARLOS LINDEMBERG:

(Para emitir parecer. Sem revisão do orador) — Devo relatar apenas a Emenda nº 2, porque a Emenda nº 1 já é da própria Comissão de Finanças. De acordo com o que acabei de dizer, esta Emenda merece também a aprovação da Comissão de Finanças.

É o parecer de ambas as Comissões, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças são favoráveis.

Em votação o Projeto sem prejuízo das emendas.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado o projeto.

#### O SR. MÁRIO MARTINS:

Sr. Presidente, requiro verificação da votação.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Vai-se proceder à verificação da votação requerida pelo Senador Mário Martins.

Estão presentes à Casa 39 Srs. Senadores, mas é manifesta a falta de quorum no plenário.

O Sr. 1º Secretário vai proceder à chamada, para a verificação de votação.

(Procede-se à chamada)



Respondem à chamada e votam "Sim" os Srs. Senadores:

Attilio Fontana  
Antonio Carlos  
Milton Menezes  
Ney Braga  
Bezerra Neto  
Filinto Muller  
Fernando Corrêa  
Péricles Pedro  
Lino de Mattos  
Mário Martins  
Gilberto Marinho  
Aurélio Viana  
Paulo Torres  
Carlos Lindemberg  
Josaphat Marinho  
Eduardo Catalão  
José Leite  
Dylton Costa  
Leandro Maciel  
Pessoa de Queiroz  
Argemiro de Figueiredo  
Dinarte Mariz  
Luís de Barros  
Menezes Pimentel  
Petronio Portella  
Sebastião Archer  
Lobão da Silveira  
Edmundo Levi  
Alvaro Maia  
Oscar Passos  
Adalberto Sena

#### O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Responderam à chamada 31 Srs. Senadores. Não há número. A matéria fica sobrestada para a sessão seguinte.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Item 2:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 10, de 1967, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, que dá ao Edifício do Ministério das Relações Exteriores, na Capital da República, a denominação de "Palácio dos Arcos", tendo

Pareceres, sob números 83, 84 e 374, de 1968, das Comissões

De Constituição e Justiça, pela juridicidade;

De Relações Exteriores, pela rejeição; e

De Segurança Nacional (audiência solicitada pelo Requerimento nº 127-68), deixa de se pronunciar por não ser a matéria de sua competência.

Esta matéria figurou na Ordem do Dia da sessão de 21 de fevereiro último, sendo dela retirada em virtude da aprovação de requerimento de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando audiência da Comissão de Segurança Nacional.

Em discussão o projeto. (Pausa.) Nenhum Sr. Senador desejando usar a palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação do projeto como no caso do item primeiro da pauta, fica sobrestada.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Item 3:

Discussão, em primeiro turno com apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade de acordo com os arts. 265 e .... 265-A, do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado número 52, de 1968, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, que dispõe sobre a aplicação da Lei nº 1.050, de 3 de janeiro de 1950, ter do

PARECER, sob nº 495, de 1968, da Comissão

Em discussão o projeto quanto à constitucionalidade e juridicidade. (Pausa.)

Nenhum Sr. Senador desejando usar a palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação do projeto fica transferida para a sessão seguinte por falta de quorum na presente.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Esgotada a matéria na Ordem do Dia. Não há mais oradores inscritos.

Lembrado aos Srs. Senadores que haverá sessão conjunta do Congresso, hoje às 21,00 horas.

Vou encerrar a presente sessão, designando para a de depois de amanhã a seguinte

#### ORDEM DO DIA

Sessão em 14 de junho de 1968  
(Sexta-feira)

#### 1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1968 (nº 1.245-B-68, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que concede franquia postal às precatórias criminais, tendo Pareceres favoráveis das Comissões: de Finanças, com a emenda que refere sob nº 1-CF (parecer nº 490-68); de Constituição e Justiça, sobre o projeto e a emenda de Plenário; (parecer oral); de Finanças, sobre a emenda de Plenário (parecer oral).

#### 2

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 10, de 1967, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, que dá ao Edifício do Ministério das Relações Exteriores, na Capital da República, a denominação de "Palácio dos Arcos", tendo Pareceres, sob ns. 83, 84 e 374, de 1968, das Comissões de Constituição e Justiça, pela juridicidade; de Relações Exteriores, pela rejeição; e de Segurança Nacional (audiência solicitada pelo Requerimento nº 127-68), deixa de se pronunciar por não ter a matéria de sua competência.

#### 3

Votação, em primeiro turno (com apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, de acordo com os arts. 265 e 265-A, do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 52, de 1968, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, que dispõe sobre a aplicação da Lei número 1.050, de 3 de janeiro de 1950, tendo Parecer, sob nº 495, de 1968, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

#### 4

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer nº 502, de 1968), do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1968 (nº 263-C-66, na Casa de origem), que homologa emissões de papel-moeda realizadas no mês de dezembro de 1965.

#### 5

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1968 (nº 1.138-B-64, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre as duplicatas e dá outras providências, tendo Parecer, sob nº 483, de 1968, da Comissão de Constituição e Justiça, apresentando substitutivo e dependendo de parecer dessa Comissão sobre as emendas de Plenário (Ns. 2 e 37).

#### 6

Discussão em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1968 (nº 1.139-68, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que considera de utilidade pública a Fundação Ford (Ford Foundation), com sede em New York, Estados Unidos da América do Norte, dependendo de parecer da Comissão de Projetos do Executivo.

#### 7

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 1967, de autoria do Sr. Senador Paulo Sarasate, que torna obrigatória a ma-

nutenção, pelas Universidades e estabelecimentos isolados oficiais, dos cursos e extensão previstos no artigo 69 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tendo Parecer, sob nº 501, de 1968, da Comissão da Redação oferecendo a redação do vencido. (Aprovado em 1º turno, com emenda, na sessão de 6-6-68).

#### CALENDÁRIO DOS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

#### 1

Projeto de Lei nº 18, de 1938 (C.N.), que "declara prescritas as contas que menciona, e dá outras providências" (Comissão Mista: Presidente; Deputado Lauro Leitão. Relator: Deputado Francisco Amaral.)

Dia 19-6 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 20-6 — Publicação do parecer; e Dia 25-6 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21 horas.

Prazo — Início: 29-5-68; e término: 7-8-68.

#### 2

Projeto de Emenda Constitucional nº 4, de 1968 (C.N.), que dá nova redação ao caput do art. 76, suprime os seus §§ 1º, 2º e 3º, o art. 77 e os seus §§ 1º, 2º e 3º, e dá nova redação ao seu § 1º do art. 79 e ao art. 81 da Constituição Federal.

(Comissão Mista: Presidente: Senador Edmundo Levi. — Relator: — Deputado Raymundo Diniz).

Dia 18-5 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do relator, às 16 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 18-6 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 19-6 — Publicação do parecer; e

Dia 26-6 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21 horas.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas)

## ATAS DAS COMISSÕES

### COMISSÃO DE FINANÇAS

23ª REUNIAO, REALIZADA EM 5 DE JUNHO DE 1968

As 10 horas do dia 5 de junho de 1968, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Argemiro de Figueiredo, presentes os Srs. João Cleofas, Mem de Sá, José Leite, Manoel Villaga, Fernando Corrêa, Bezerra Neto, José Ermírio, Antônio Carlos e Paulo Tôrres, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Srs. Paulo Sarasate, Leandro Maciel, Clodgnir Millet, Adolpho Franco, Sigefredo Pacheco, Carvalho Pinto, Júlio Leite, Pessoa de Queiroz e Arthur Virgílio.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior que é, em seguida, dada como aprovada.

Inicialmente, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. José Leite que emite parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1968, que acrescenta dispositivos ao Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1936, estendendo benefícios ajuaneiros a cientistas e técnicos radicados no exterior que venham a exercer a sua profissão no Brasil.

O parecer é aprovado pela Comissão.

A seguir, o Sr. Paulo Tôrres lê parecer favorável à subemenda da Comissão de Constituição e Justiça e ao Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 1967, que dispõe sobre a concessão de prorrogação de prazos, pelo Banco do Brasil S. A. e Banco da Amazônia S. A., a devedores do Pará e Amazonas e contrário a emenda nº 1 da Comissão de Valorização da Amazônia.

Com restrições do Sr. Senador Fernando Corrêa, a Comissão aprova o parecer.

O Sr. Manoel Villaga apresenta parecer favorável com emenda, aprovado pela Comissão, ao Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1968, que concede franquia postal às precatórias criminais.

O Sr. Fernando Corrêa solicita o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei do Senado nº 1, de 1959, que dispõe sobre os proventos da aposentadoria dos servidores civis e militares.

A Comissão aprova o parecer.

O Sr. Antônio Carlos solicita o pronunciamento do Sr. Governador do Estado de Santa Catarina sobre as restrições do Banco Central referente ao Ofício nº 8-7, de 1968, relativo a pedido de autorização para garantir operações de financiamento para a aquisição de tratores de esteira, sem similar nacional, concedido pelo Governo da Jugoslávia, através de empresa estatal "Rudnap" Export Import, de Belgrado, e que, simultaneamente, seja o processo encaminhado à Comissão dos Estados, e Alienação de Terras Públicas com o que concorda a Comissão.

O Sr. Presidente lê comunicação do Sr. Paulo Tôrres que solicita o comparecimento do Sr. Ernani Galvêas, Presidente do Banco Central, perante esta Comissão a fim de informar sobre a concordata da Dominium S. A. a maior fábrica de café solível do País.

Propõe, em seguida, com base e nos termos do disposto no artigo 62 e seus parágrafos do Regimento Interno (redação dada pela Resolução número 13, de 1968), criar uma Subcomissão destinada a estudar a participação do Instituto Brasileiro do Café na produção do café solível, inclusive a citada concordata.

Na discussão, usam da palavra os Srs. Mem de Sá, João Cleofas, Fernando Corrêa, José Ermírio e Paulo Tôrres.

Em votação, é a proposta do Senhor Presidente aprovada por decisão unânime dos presentes.

O Sr. Presidente designa para integrar a Subcomissão, que será presidida pelo Sr. José Ermírio, os Senhores Mem de Sá, Arthur Virgílio, Paulo Tôrres e João Cleofas.

Finalmente, o Sr. Mem de Sá sugere que a Subcomissão compareça a Comissão de Economia da Câmara dos Deputados para ouvir o depoimento do Sr. Celso Lima Araújo, Diretor da Divisão de Registro de Capital Estrangeiro do Banco do Brasil que, em outras declarações a serem colhidas naquele órgão, tratará de concordata da Dominium S. A.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## M E S A

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB)

1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO)

2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL)

1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN)

2º Secretário — Victrolino Freire (ARENA — MA)

3º Secretário — Aarão Steinbruch (MDB — RJ)

4º Secretário — Cattete Pinheiro (ARENA — PA)

1º Suplente — Guido Mondin (ARENA — RS)

2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)

3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)

4º Suplente — Raul Guberti (ARENA — ES)

## LIDERANÇA DO GOVERNO

Lider — Danej Krieger (ARENA — RS)

## DA ARENA

Lider — Filinto Müller (MT)

## Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)

Petrônio Portia (PI)

Manoel Villaza (RN)

Antônio Carlos (SC)

## DO MDB

Lider — Aurélio Vianna (GB)

## Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM)

Adalberto Sena (ACRE)

## COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

## ARENA

## TITULARES

## SUPLENTE

Arnon de Mello

José Leite

Domício Gondim

José Guilomard

Paulo Torres

Adolpho Franco

João Cleofas

Leandro Maciel

Teotônio Vilela

Aloysio de Carvalho

## MDB

Nogueira da Gama

José Ermirio

Josaphat Marinho

Mário Martins

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

## COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermirio

Vice-Presidente: João Cleofas

## ARENA

## TITULARES

## SUPLENTE

José Feliciano

Atílio Fontana

Ney Braga

Leandro Maciel

João Cleofas

Benedicto Valladares

Teotônio Vilela

Adolpho Franco

Milton Trindade

Sigefredo Pacheco

## MDB

José Ermirio

Aurélio Vianna

Argemiro de Figueiredo

Mário Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

## COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC.

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

## ARENA

## TITULARES

## SUPLENTE

Ney Braga

José Leite

Antônio Carlos

Eurico Rezende

Melo Braga

Benedicto Valladares

Arnon de Mello

Carvalho Pinto

Atílio Fontana

Filinto Müller

## MDB

Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz

Mário Martins

Edmundo Levi

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: Quinta-feira, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13 Membros

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

## ARENA

## TITULARES

## SUPLENTE

Milton Campos

Alvaro Maia

Antonio Carlos

Lobão da Silveira

Aloysio de Carvalho

Benedicto Valladares

Eurico Rezende

Arnon de Mello

Wilson Gonçalves

Júlio Leite

Petrônio Portia

Menezes Pimentel

Carlos Lindenberg

Adolfo Franco

Paulo Sarasate

Filinto Müller

Clodomir Millet

Daniel Krieger

## MDB

Antônio Balbino

Arthur Virgílio

Bezerra Neto

Argemiro de Figueiredo

Josaphat Marinho

Nogueira da Gama

Edmundo Levi

Aurélio Vianna

Secretário: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

## COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Júlio Leite

## ARENA

## TITULARES

## SUPLENTE

José Feliciano

Benedicto Valladares

Eurico Rezende

Melo Braga

Petrônio Portia

Teotônio Vilela

Atílio Fontana

José Leite

Júlio Leite

Mem de Sá

Clodomir Millet

Filinto Müller

Manoel Villaza

Fernando Corrêa

Wilson Gonçalves

Adolfo Franco

## MDB

João Abrahão

Bezerra Neto

Aurélio Vianna

Oscar Passos

Adalberto Senna

Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 248.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

## COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Edmundo Levi

## ARENA

## TITULARES

## SUPLENTE

Carvalho Pinto

José Leite

Carlos Lindenberg

João Cleofas

Júlio Leite

Duarte Filho

Teotônio Vilela

Sigefredo Pacheco

Domício Gondim

Filinto Müller

Leandro Maciel

Paulo Torres

Atílio Fontana

Adolpho Franco

Ney Braga

Antônio Carlos

## MDB

Bezerra Neto

José Ermirio

Edmundo Levi

Josaphat Marinho

Sebastião Archer

Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Mem de Sá

## ARENA

## TITULARES

## SUPLENTE

Menezes Pimentel

Benedicto Valladares

Mem de Sá

Antônio Carlos

Alvaro Maia

Sigefredo Pacheco

Duarte Filho

Teotônio Vilela

Aloysio de Carvalho

Petrônio Portia

## MDB

Adalberto Senna

Ruy Carneiro

Antônio Balbino

Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO**(11 Membros)  
**COMPOSIÇÃO**Presidente: Antonio Carlos  
Vice-Presidente: Alvaro Maia**TRENA****TITULARES**Antonio Carlos  
Moura Andrade  
Paulo Sarasate  
Milton Trindade  
Alvaro Maia  
José Feliciano  
João Cleofas  
F. Tórres**SUPLENTE**José Guimara  
Eurico Rezende  
Filinto Müller  
Fernando Corrêa  
Lobão da Silveira  
Menezes Pimentel  
Petrônio Portela  
Manoel Villaga**MDB**Arthur Virgílio  
Ruy Carneiro  
João AbrahãoAdalberto Senna  
Antonio Balbino  
José Ermirio

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, a tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

(17 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Argemiro Figueiredo  
Vice-Presidente: Paulo Sarasate**ARENA****TITULARES**Paulo Sarasate  
João Cleofas  
Mem de Sá  
José Leite  
Leandro Maciel  
Manoel Villaga  
Clodomir Millet  
Adolpho Franco  
Sigefredo Pacheco  
Carvalho Pinto  
Fernando Corrêa  
Júlio Leite**SUPLENTE**Lobão da Silveira  
José Guimara  
Teotônio Villela  
Carlos Lindenberg  
Daniel Krieger  
Filinto Müller  
Celso Ramos  
Milton Trindade  
Antonio Carlos  
Benedicto Valladarez  
Mello Braga  
Paulo Tórres**MDB**Argemiro de Figueiredo  
Bezerra Neto  
Pessoa de Queiroz  
Arthur Virgílio  
José ErmirioOscar Passos  
Josaphat Marinho  
João Abrahão  
Aurélio Vianna  
Nogueira da Gama

Secretaria: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**(7 Membros)  
**COMPOSIÇÃO**Presidente: Atílio Fontana  
Vice-Presidente: Antonio Balbino**ARENA****TITULARES**Atílio Fontana  
Adolpho Franco  
Domício Gondim  
João Cleofas  
Teotônio Villela**SUPLENTE**Júlio Leite  
José Cândido  
Arnon de Melo  
Leandro Maciel  
Melo Braga**MDB**Antonio Balbino  
Nogueira da GamaRuy Carneiro  
Bezerra Neto

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL**(7 Membros)  
**COMPOSIÇÃO**Presidente: Petrônio Portela  
Vice-Presidente: Mello Braga**ARENA****TITULARES**Petrônio Portela  
Domício Gondim  
Atílio Fontana  
Mello Braga  
Júlio Leite**SUPLENTE**Celso Ramos  
Milton Trindade  
José Leite  
Adolpho Franco  
Duarte Filho**MDB**Arthur Virgílio  
Josaphat MarinhoJoão Abrahão  
Argemiro de Figueiredo

Secretaria: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Josaphat Marinho  
Vice-Presidente: Domício Gondim**ARENA****TITULARES**Domício Gondim  
José Leite  
Celso Ramos  
Paulo Tórres  
Carlos Lindenberg**SUPLENTE**José Feliciano  
Mello Braga  
José Guimara  
Benedicto Valladarez  
Teotônio Villela**MDB**Josaphat Marinho  
José ErmirioSebastião Archer  
Oscar Passos

Secretaria: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

**COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Rui Carneiro  
Vice-Presidente: Duarte Filho**ARENA****TITULARES**Clodomir Millet  
Manoel Villaga  
Arnon de Melo  
Duarte Filho  
Menezes Pimentel**SUPLENTE**Teotônio Villela  
José Leite  
Domício Gondim  
Paulo Sarasate  
Leandro Maciel**MDB**Rui Carneiro  
Argemiro de FigueiredoAurélio Vianna  
Adalberto Senna

Secretaria: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, a tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Wilson Gonçalves  
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg**ARENA****TITULARES**Wilson Gonçalves  
Paulo Tórres  
Antonio Carlos  
Carlos Lindenberg  
Mem de Sá  
Eurico Rezende  
Paulo Sarasate  
Carvalho Pinto**SUPLENTE**José Feliciano  
João Cleofas  
Adolpho Franco  
Petrônio Portela  
José Leite  
Ney Braga  
Milton Campos  
Daniel Krieger**MDB**José Ermirio  
Aurélio Vianna  
Mair MartinsAntonio Balbino  
Arthur Virgílio  
Edmundo Levi

Secretaria: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior — Ramal 240.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

(5 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: José Feliciano  
Vice-Presidente: Leandro Maciel**ARENA****TITULARES**José Feliciano  
Leandro Maciel  
Antonio Carlos  
Lobão da Silveira**SUPLENTE**Filinto Müller  
Mem de Sá  
Duarte Filho  
Clodomir Millet**MDB**

Nogueira da Gama

Edmundo Levy

Secretaria: Beatriz Brandão Guerra.

Reuniões: Quintas-feiras, a tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.



## COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES

(15 Membros)

### COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedito Valladares  
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

#### ARENA

#### SUPLENTE

#### TITULARES

Benedito Valladares  
Filinto Müller  
Aloysio de Carvalho  
Antônio Carlos  
Mem de Sá  
Ney Braga  
Milton Campos  
Moura Andrade  
Fernando de Azevedo  
Arnold de Mello  
José Cândido

Wilson Gonçalves  
José Guimard  
Carlos Lindenberg  
Adolpho Franco  
Petrônio Portela  
José Leite  
Teotônio Vilela  
Mello Braga  
José Feliciano  
Clodomir Millet  
Menezes Pimentel

#### MDB

Pessoa de Queiroz  
Mário Martins  
Aurélio Viana  
Oscar Passos

Bezerra Neto  
João Abrahão  
Josaphat Marinho  
Antônio Balbino

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

## COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

### COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco  
Vice-Presidente: Manoel Villaga

#### ARENA

#### SUPLENTE

#### TITULARES

Sigefredo Pacheco  
Duarte Filho  
Fernando Corrêa  
Manoel Villaga  
Clodomir Millet

Julio Leite  
Milton Trindade  
Ney Braga  
José Cândido  
Lobão da Silveira

#### MDB

Adalberto Senna  
Sebastião Archer

Nogueira da Gama  
Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 247.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

## COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

### COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tórres  
Vice-Presidente: Oscar Passos

#### ARENA

#### SUPLENTE

#### TITULARES

Paulo Tórres  
José Guimard  
Lobão da Silveira  
Ney Braga  
José Cândido

Filinto Müller  
Atílio Fontana  
Domício Gondim  
Manoel Villaga  
Melo Braga

#### MDB

Oscar Passos  
Mário Martins

Argemiro de Figueiredo  
Sebastião Archer

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

## COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

### COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende  
Vice-Presidente: Arnion de Melo

#### ARENA

#### SUPLENTE

#### TITULARES

Eurico Rezende  
Carlos Lindenberg  
Arnion de Melo  
Paulo Tórres  
José Guimard

José Feliciano  
Menezes Pimentel  
Celso Ramos  
Petrônio Portela  
Leandro Maciel

#### MDB

Ruy Carneiro  
João Abrahão

Adalberto Senna  
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

## COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

### COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite  
Vice-Presidente: Sebastião Archer

#### ARENA

#### SUPLENTE

#### TITULARES

José Leite  
Celso Ramos  
Arnion de Melo  
Domício Gondim  
João Cleofas

Paulo Tórres  
Atílio Fontana  
Eurico Rezende  
José Guimard  
Carlos Lindenberg

#### MDB

Sebastião Archer  
Pessoa de Queiroz

Mário Martins  
Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

## COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

### COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard  
Vice-Presidente: Clodomir Millet

#### ARENA

#### SUPLENTE

#### TITULARES

José Guimard  
Fernando Corrêa  
Clodomir Millet  
Alvaro Maia  
Milton Trindade

Lobão da Silveira  
José Feliciano  
Filinto Müller  
Sigefredo Pacheco  
Manoel Villaga

#### MDB

Edmundo Levi  
Oscar Passos

Adalberto Senna  
Arthur Virgílio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quartas-feiras, às 15:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.